



NAÇÕES UNIDAS
MOÇAMBIQUE



RELATÓRIO ANUAL DE RESULTADOS DE 2024

MOÇAMBIQUE



PREFÁCIO DA COORDENADORA RESIDENTE DA ONU 3

Equipa Nacional da ONU em Moçambique 4

Principais Parceiros de Desenvolvimento do Sistema de Desenvolvimento da ONU em Moçambique 5

CAPÍTULO 1 PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS NO CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL 9

Panorama de Moçambique. 11

1.1. Análise das principais tendências de desenvolvimento e de questões emergentes 13

1.2. Uma economia vulnerável num contexto de desafios globais e domésticos 17

1.3. Posição estratégica para ampliar a acção climática e o financiamento climático 19

CAPÍTULO 2 APOIO DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DA ONU ÀS PRIORIDADES NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO POR MEIO DO QUADRO DE COOPERAÇÃO 23

2.1. Visão Geral dos Resultados do Quadro de Cooperação 25

2.2. Análise Detalhada das Prioridades, Resultados e Indicadores de Resultados do Quadro de Cooperação 27

2.3. Apoio às parcerias e ao financiamento da Agenda 2030. 89

2.4. Resultados da ONU trabalhando mais e melhor em conjunto 91

2.5. Panorama financeiro e mobilização de recursos 93

CAPÍTULO 3 FOCO PRINCIPAL DA ONU MOÇAMBIQUE PARA O PRÓXIMO ANO 95

ACRÓNIMOS. 99



Foto: FAO Moçambique

PREFÁCIO DA COORDENADORA RESIDENTE DA ONU

Em 2024, a Equipa Nacional das Nações Unidas (UNCT) manteve-se ao lado do Governo e do povo de Moçambique, num contexto caracterizado por desafios multifacetados e oportunidades transformadoras. Num ano marcado por processos eleitorais, desafios macroeconómicos e choques climáticos recorrentes, foi notável a resiliência do povo moçambicano. Em estreita colaboração, alcançaram-se resultados significativos com impacto duradouro.

Ao abrigo do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDCF), foram implementadas intervenções de grande escala que beneficiaram milhões de pessoas. Mais de 5,4 milhões de mulheres e crianças tiveram acesso a serviços básicos de saúde e nutrição. Cerca de 350.000 crianças afectadas por situações de crise foram reintegradas em ambientes de aprendizagem e mais de 350.000 pessoas passaram a dispor de acesso sustentável a fontes seguras de água potável. Paralelamente, Moçambique registou progressos significativos no domínio da inclusão social, com a aprovação da Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e continuou a avançar, de forma determinada, na consolidação de sistemas de protecção social e educação inclusiva, apesar das restrições orçamentais.

No eixo do empoderamento económico e dos meios de subsistência, mais de 27.000 cidadãos moçambicanos – com especial enfoque nas mulheres e jovens – beneficiaram de oportunidades de emprego, formação profissional e geração de rendimento. A nível comunitário, registaram-se avanços importantes na adopção de práticas de agricultura resiliente ao clima, na utilização de fontes de energia renovável e dinamização de cadeias de valor sustentáveis.

No domínio da resiliência climática e da gestão do risco de desastres, Moçambique avançou com a adopção de instrumentos estratégicos

como a Lei do Serviço Público de Abastecimento de Água e Saneamento, a Política Nacional de Urbanização e o Roteiro Nacional da Iniciativa de Aviso Prévio para Todos. Estes quadros normativos estão a reforçar a capacidade do país para proteger vidas humanas e garantir a sustentabilidade dos meios de subsistência. Mais de 500.000 pessoas beneficiam actualmente de investimentos públicos locais orientados para a adaptação climática e definidos de forma participativa.

Na promoção da paz, dos direitos humanos e da boa governação, a instalação do escritório do ACNUDH em Moçambique, assim como o reforço dos serviços de protecção para mais de 360.000 crianças, reafirmam o nosso compromisso colectivo com a dignidade, a inclusão e a justiça para todas as pessoas.

Perante os desafios e oportunidades complexos adiante, a ONU renova o seu firme empenho em acompanhar o povo moçambicano neste percurso – promovendo a esperança, consolidando os direitos e contribuindo para a construção de um futuro onde ninguém seja deixado para trás.



Dra. Catherine Sozi

Coordenadora Residente das Nações Unidas e Coordenadora Humanitária para Moçambique

EQUIPA NACIONAL DA ONU EM MOÇAMBIQUE

Ao longo de 2024, a UNCT em Moçambique prosseguiu o reforço da sua presença territorial e da sua capacidade operacional, em consonância com os objectivos estratégicos definidos no UNSDCF 2022–2026.

Durante este período, verificaram-se mudanças de liderança em diversas agências da ONU presentes no país, nomeadamente ONUSIDA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF e UNOPS. Estas transições contribuíram para a renovação das abordagens estratégicas e fortaleceram o compromisso colectivo da UNCT face aos desafios complexos do contexto nacional.

Apesar das alterações ao nível da liderança, a UNCT manteve uma abordagem coesa, orientada para resultados e firmemente alinhada com as prioridades nacionais.

Com esta configuração institucional em curso, e operando em União, sob a liderança da Coordenadora Residente, a UNCT reafirma o seu compromisso inequívoco em apoiar Moçambique na prossecução de um desenvolvimento inclusivo, equitativo e sustentável, alicerçado numa presença local robusta e numa liderança institucional estabilizada.



PRINCIPAIS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DA ONU EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas mantém uma parceria estratégica com o Governo de Moçambique, em estreita coordenação e financiado pelos principais Parceiros de Desenvolvimento multilaterais e bilaterais, que também asseguram o financiamento necessário para a promover a agenda de desenvolvimento sustentável do país.

A parceria central é estabelecida com o Governo de Moçambique, por meio do alinhamento com as prioridades nacionais e da cooperação com diversos ministérios sectoriais, processo este coordenado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Os Parceiros de Desenvolvimento multilaterais e bilaterais desempenham um papel fundamental na prestação de assistência técnica e financeira. Assim, a coordenação eficaz da ajuda ao desenvolvimento é essencial para criar sinergias, reforçar a coerência e reduzir os custos de transacção. Neste contexto, destaca-se o papel da Plataforma de Cooperação para o Desenvolvimento (PCD), co-presidida por um parceiro doador e pela Coordenadora Residente da ONU. A PCD actua como o principal mecanismo de coordenação entre todos os intervenientes na cooperação para o desenvolvimento em Moçambique, assegurando uma efectiva convergência com as prioridades estratégicas do país.

Parceiros multilaterais

O Banco Mundial	\$ 104.402.228
-----------------	----------------

O Fundo Fiduciário da União Europeia	\$ 1.780.000
--------------------------------------	--------------

Programa da ECHO de preparação para desastres	\$ 2.944.605
---	--------------

Comissão Europeia	\$ 25.943.106
-------------------	---------------

Direcção-Geral da Protecção Civil e das Operações de Ajuda Humanitária da Comissão Europeia	\$ 9.917.337
---	--------------

Banco Europeu de Investimento (BEI)	\$ 7.235.879
-------------------------------------	--------------

União Europeia (UE)	\$ 23.712.966
---------------------	---------------

SUBTOTAL	\$ 71.533.893
-----------------	----------------------

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral	\$ 110.000
---	------------

Parceiros bilaterais

Departamento de Estado do Governo dos EUA - Gabinete de Contraterrorismo	\$ 343.100
--	------------

Gabinete de Assuntos Internacionais de Narcóticos e Aplicação da Lei do Departamento de Estado do Governo dos EUA	\$ 2.100.000
---	--------------

Gabinete de População, Refugiados e Migração do Departamento de Estado do Governo dos EUA	\$ 10.000
---	-----------

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional	\$ 24.992.272
---	---------------

Gabinete de Assistência Humanitária da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional	\$ 5.801.007
--	--------------

Fundo dos Estados Unidos para o UNICEF	\$ 748.549
--	------------

Centros de Controlo e Prevenção de Doenças	\$ 661.110
--	------------

Fundação Rei Balduino Estados Unidos	\$ 147.200
--------------------------------------	------------

SUBTOTAL	\$ 34.803.238
-----------------	----------------------

Governo da Noruega	\$ 14.934.524
--------------------	---------------

Embaixada da Noruega	\$ 1.965.000
----------------------	--------------

Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento	\$ 1.077.619
---	--------------

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega	\$ 9.815.843
---	--------------

SUBTOTAL	\$ 27.792.986
-----------------	----------------------

Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Comércio do Canadá	\$ 17.210.317
--	---------------

Assuntos Globais do Canadá	\$ 1.693.189
----------------------------	--------------

Governo do Canadá	\$ 6.720.524
-------------------	--------------

SUBTOTAL	\$ 25.624.030
-----------------	----------------------

Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros, Alemanha	\$ 128.784
--	------------

Comité Alemão para a UNICEF	\$ 97.358
-----------------------------	-----------

Ministério Federal Alemão da Cooperação Económica e do Desenvolvimento	\$ 12.840.227
--	---------------

Governo da Alemanha	\$ 7.337.425
---------------------	--------------

KfW - ALEMANHA	\$ 2.074.442
----------------	--------------

Kreditanstalt für Wiederaufbau - Banco de Desenvolvimento KfW	\$ 272.343
---	------------

SUBTOTAL	\$ 22.750.579
-----------------	----------------------

Embaixada da Suécia	\$ 3.070.000
---------------------	--------------

Governo da Suécia	\$ 10.500.280
-------------------	---------------

Suécia	\$ 375.000
--------	------------

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Suécia	\$ 1.755.846
--	--------------

Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional	\$ 507.900
--	------------

Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional	\$ 2.922.757
--	--------------

SUBTOTAL	\$ 19.131.783
-----------------	----------------------

Governo do Japão	\$ 8.841.279
------------------	--------------

Comité Japonês para o UNICEF	\$ 7.097
------------------------------	----------

Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão	\$ 2.198.282
---	--------------

Comité Nacional do Japão para o UNICEF	\$ 1.351.919
--	--------------

SUBTOTAL	\$ 12.398.577
-----------------	----------------------

Governo da Suíça	\$ 9.108.063
------------------	--------------

Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação	\$ 3.142.054
---	--------------

SUB TOTAL	\$ 12.250.117
------------------	----------------------

Embaixada da República da Coreia	\$ 14.701
----------------------------------	-----------

Governo da República da Coreia	\$ 2.427.538
--------------------------------	--------------

Agência de Cooperação Internacional da Coreia	\$ 6.551.228
---	--------------

SUBTOTAL	\$ 8.993.467
-----------------	---------------------

Governo da Itália	\$ 3.269.499
-------------------	--------------

Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento	\$ 3.990.602
---	--------------

SUBTOTAL	7.260.101
-----------------	------------------

Governo do Reino Unido	\$ 3.290
------------------------	----------

Reino Unido, Ministério da Saúde e da Assistência Social, Reino Unido	\$ 4.685
---	----------

Comité do Reino Unido para o UNICEF	\$ 179.611
-------------------------------------	------------

Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Commonwealth e do Desenvolvimento do Reino Unido	\$ 5.136.137
---	--------------

Ministério do Interior do Reino Unido	\$ 200.000
---------------------------------------	------------

SUBTOTAL	\$ 5.523.723
-----------------	---------------------

Governo dos Países Baixos	\$ 5.378.468
---------------------------	--------------

Agência Austríaca de Desenvolvimento	\$ 4.662.448
--------------------------------------	--------------

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia	\$ 2.926.363
Governo da Finlândia	\$ 467.621
SUBTOTAL	\$ 3.393.984

Agência Andaluza de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	\$ 208.435
Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento	\$ 213.649
Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento	\$ 532.869
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da Espanha	\$ 283.587
Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	\$ 1.567.214
Comité Espanhol para o UNICEF	\$ 62.055
Comité Nacional Espanhol para o UNICEF	\$ 159.234
SUBTOTAL	\$ 3.027.043

Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros de França	\$ 100.000
Governo da França	\$ 2.351.591
SUBTOTAL	\$ 2.451.591

Governo da Irlanda	\$ 1.134.928
Ajuda Irlandesa	\$ 307.100
Embaixada da Irlanda	\$ 169.968
SUBTOTAL	\$ 1.611.996

Governo da Bélgica	\$ 1.074.350
Cooperação da Flandres	\$ 274.748
Governo da Flandres	\$ 238.871
SUBTOTAL	\$ 1.587.969

Governo de Portugal	\$ 188.000
---------------------	------------

Exemplos de Fundos Temáticos e Globais que apoiam Moçambique (selec)

Aliança Global para a Melhoria da Nutrição	\$ 62.972
Parceria Global para a Educação	\$ 7.206.779
Fundo Global para o Ambiente	\$ 4.038.593
Fundo de Adaptação	\$ 1.000.000
GLOBAL - HIV E SIDA	\$ 99.032
Aliança Global para Vacinas e Imunização	\$ 4.494.395
Fundo Global para o Ambiente - Programa de Pequenas Subvenções	\$ 363.450
Fundo Global de Luta contra SIDA, Tuberculose e Malária	\$ 10.644
Fundo Verde para o Clima	\$ 2.941.324
Fundo para Apoio aos Deslocados Internos	\$ 356.000
Fundo Conjunto para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável	\$ 250.000
Fundo Multilateral para a Aplicação do Protocolo de Montreal	\$ 148.046
Fundo Fiduciário Multiparceiros da Parceria das Nações Unidas para os Direitos das Pessoas com Deficiência (UN PRPD MPTF)	\$ 165.624
Fundo Fiduciário das Nações Unidas para Paz e Desenvolvimento	\$ 329.122

Sector Privado, Fundações e outros (selec)

Fundação Bill & Melinda Gates:	\$ 1.849.519
Fundação Mastercard:	\$ 1.755.846
100%LIFE - Chernigiv:	\$ 1.000.000
NUTRITION INTERNATIONAL:	\$ 218.750
Fundação Vodafone:	\$ 216.398
Dubai Cares:	\$ 134.104
Rotary International:	\$ 115.148



Capítulo 1

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS NO
CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL

Amisse é capitão da lancha ambulância gerida pelo Governo e apoiada pelo UNFPA, que opera na Ilha do Ibo, província de Cabo Delgado, em Moçambique.

Foto: UNFPA Moçambique // Mbuto Machili

PANORAMA DE MOÇAMBIQUE



Demografia

	33.244.414	População
	16.098.427	Homens
	17.145.987	Mulheres
	34,66%	Urbano
	65%	Rural
	2,5%	Taxa de crescimento da população
	55,7%	Esperança de vida à nascença

Social

	53,6%	População que utiliza serviços de água potável geridos de forma segura
	47,8%	População com acesso à electricidade
	1.792.657	População com direitos de uso e aproveitamento da terra (DUATs)
	37%	Prevalência de desnutrição crónica

Taxa de desemprego

	18,7%	Homens
	18,1%	Mulheres
	0,03/100.000	Número de vítimas de tráfico de seres humanos

Educação

	38,3%	Taxa de analfabetismo
	25,9%	Homens
	49,2%	Mulheres
	18,2%	Urbano
	50,3%	Rural

Saúde

	407 / 100.000	Taxa de mortalidade materna
	24 / 1.000	Taxa de mortalidade neonatal
	2,68	Infecções por HIV/ 1.000 habitantes não infectados: 268

PRH

	1,8 M	Pessoas abrangidas
	72	Organizações que responderam (ONGI, ONGN, ONU, outras)
	8.750	Pessoas deslocadas internamente com documentação civil
	123.554	Pessoas assistidas com kits de sobrevivência e artigos não alimentares
	31.333	Pessoas assistidas com kits de abrigo de emergência
	40.323	Pessoas alcançadas com serviços de prevenção da exploração e abuso sexual em situações de emergência
	117.000	Pessoas alcançadas com serviços de PSEA
	93.276	Pessoas com acesso a infra-estruturas de saneamento seguras e adequadas
	80.240	Pessoas abrangidas por serviços básicos de ASH
	1,61 M	Pessoas abrangidas por serviços de segurança alimentar

Fontes: Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), Painel do Relatório Humanitário 2024 (OCHA)

1.1. ANÁLISE DAS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO E DE QUESTÕES EMERGENTES

2024 constituiu um ano de viragem para Moçambique, com a realização de eleições gerais em Outubro (incluindo as eleições gerais para eleger o Presidente da República, deputados da Assembleia da República e membros das Assembleias Provinciais). Os resultados anunciados pela Comissão Nacional de Eleições e posteriormente proclamados pelo Conselho Constitucional foram contestados pela oposição, originando episódios de agitação social nos meses de Novembro, Dezembro e Janeiro, que persistiram para além da tomada de posse do novo Presidente, a 15 de Janeiro. A persistência do conflito em Cabo Delgado continuou a adiar os investimentos das multinacionais do sector petrolífero e do gás natural na exploração da bacia do Rovuma, agravando o perfil da dívida pública do país. Neste contexto, o FMI e o BM alertaram que a sustentabilidade da dívida depende, numa perspectiva de médio e longo prazo, da concretização das receitas fiscais previstas com a extracção de gás natural na Bacia do Rovuma.

O perfil da dívida e a situação orçamental de Moçambique - e, conseqüentemente, a sua capacidade de financiar serviços básicos e investimento público - dificilmente serão sustentáveis na ausência de reformas estruturais profundas que permitam tornar o modelo de crescimento mais diversificado e abrangente (mais inclusivo), com maior contribuição para o PIB por parte dos sectores não extractivos, sobretudo os com maior potencial de criação de emprego e de sustentação dos meios de subsistência. Tal transformação exigirá a integração dos enclaves extractivos no tecido produtivo nacional, promovendo a utilização estratégica de recursos internos, tais como o gás e os minerais, para fortalecer as capacidades produtivas domésticas e impulsionar a transformação económica através de cadeias de valor (incluindo a industrialização verde, transição digital, reforço da resiliência climática e transição ecológica).

Panorama do Progresso Rumo à Agenda 2030

O país alcançou um ODS (ODS 12 sobre Produção e Consumo Sustentáveis) e está a caminho de alcançar o ODS 13 sobre Ação Climática, embora ainda existam desafios, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2025 da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. No entanto, ainda existem grandes desafios em 14 dos 17 ODS em Moçambique, como ilustrado na figura abaixo..¹

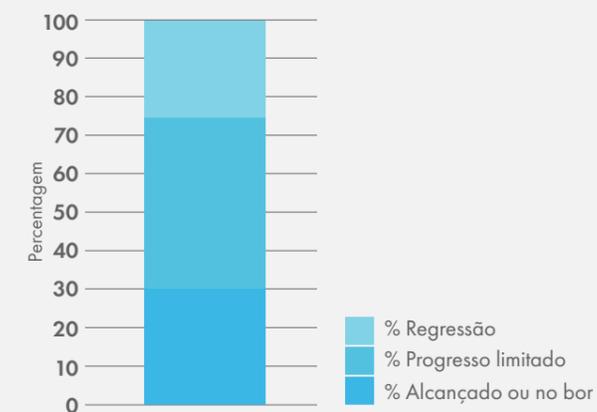


Painel: ● ODS alcançados ● Desafios que persistem ● Desafios significativos que persistem ● Desafios maiores que persistem ● Informação indisponível

Tendências: ↑ No bom caminho ou mantida a realização dos ODS ↗ Melhoria moderada → Estagnação ↓ Regressão ●● Informação sobre tendências indisponível

1. 2024 Sustainable Development Report. <https://dashboards.sdindex.org/profiles/mozambique/indicators>

Relativamente aos indicadores dos ODS, 30% foram alcançados, 35% registaram progressos limitados e 25% apresentaram uma regressão.



ODS	Indicador	Tendência
1 ERADICAÇÃO DA POBREZA	Rácio de incidência da pobreza a 2.15/dia USD	→
	Rácio de incidência da pobreza a 3.65/dia USD	→
	Prevalência de desnutrição aguda	↗
	Prevalência de desnutrição crónica em crianças com menos de 5 anos	→
2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	Prevalência de malnutrição em crianças de 5 anos (%)	↑
	Prevalência de obesidade, BMI ≥ 30	↓
	Nível trófico humano	↑
	Rendimento de cereais	→
	Índice de Gestão Sustentável de Nitrogénio	↓
	Exportação de pesticidas perigosos	●●
3 SAÚDE E BEM-ESTAR	Taxa de mortalidade materna	↑
	Taxa de mortalidade neonatal	→
	Taxa de mortalidade, abaixo de 5	↗
	Incidência da tuberculose	→
	Novas infecções pelo HIV	↗
	Taxa de mortalidade padronizada para a idade devido a doença cardiovascular, cancro, diabetes ou doença respiratória crónica em adultos com idades compreendidas entre os 30 e os 70 anos	→
	Taxa de mortalidade padronizada por idade atribuível à poluição atmosférica doméstica e à poluição atmosférica ambiental	●●
	Mortes por acidente de viação	↑
	Expectativa de vida à nascença	→
	Taxa de fertilidade na adolescência	→
	Nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado	↓
	Bebés sobreviventes que receberam 2 vacinas recomendadas pela OMS	↓
	Índice de cobertura de serviços da cobertura universal de saúde (CUS)	→
Bem-estar subjectivo	↑	

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	●●	Taxa de participação na aprendizagem pré-primária formal
	●↑	Taxa líquida de matrículas no ensino primário
	●↗	Taxa de conclusão do ensino secundário inferior
5 IGUALDADE DE GÉNERO	●↓	Taxa de literacia
	●↗	Procura de planeamento familiar satisfeita por planeamento moderno
	●↓	Rácio de anos de escolaridade de mulheres para homens
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	●↑	Rácio de participação da mão-de-obra feminina em relação à masculina
	●↑	Assentos ocupados por mulheres no Parlamento
	●↗	População que utiliza pelo menos serviços básicos de água potável
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	●↗	População que utiliza pelo menos serviços básicos de saneamento
	●↑	Retirada de água doce
	●●	Águas residuais antropogénicas que são tratadas
8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO	●↑	Consumo escasso de água incorporado nas importações
	●↗	População com acesso à electricidade
	●↗	População com acesso a combustíveis e tecnologias limpas para cozinhar
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	●↗	Emissões de CO ₂ da combustão de combustíveis por produção total de electricidade
	●↓	Percentagem de energias renováveis no consumo final total de energia
	●●	Ajustar o crescimento do PIB
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	●●	Vítimas de escravatura moderna
	●●	Adultos com conta num banco ou outra instituição financeira ou num prestador de serviços de carteira móvel
	●↗	Taxa de desemprego
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	●●	Os direitos laborais fundamentais estão efectivamente garantidos
	●↑	Acidentes de trabalho mortais incorporados nas importações
	●●	Vítimas da escravatura moderna incorporadas nas importações
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	●●	População rural com acesso a estradas para todas estações
	●↗	População que utiliza a Internet
	●↓	Assinaturas de banda larga móvel
13 ACÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA GLOBAL	●●	Índice de Desempenho Logístico: Pontuação de infra-estruturas
	●●	Classificação das Universidades do Ensino Superior da Times: Pontuação média das 3 melhores universidades
	●↗	Artigos publicados em revistas académicas
14 VIDA NA ÁGUA	●●	Despesas em pesquisa e desenvolvimento
	●↗	Coeficiente de Gini
	●●	Rácio de Palma
15 VIDA TERRESTRE	●↗	Proporção da população urbana que vive em bairros degradados
	●↗	Concentração média anual de PM _{2,5}
	●↗	Acesso a uma fonte de água melhorada, canalizada
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	●●	População com acesso conveniente a transportes públicos nas cidades
	●↗	Resíduos sólidos urbanos
	●●	Resíduos electrónicos

12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	●↗	Poluição atmosférica baseada na produção
	●↑	Poluição atmosférica associada às importações
	●↗	Emissões de azoto com base na produção
13 ACÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA GLOBAL	●↑	Emissões de azoto associadas às importações
	●↗	Exportações de resíduos de plástico
	●↑	Emissões de CO ₂ provenientes da combustão de combustíveis fósseis e da produção de cimento
14 VIDA NA ÁGUA	●↑	Emissões de GEE incorporadas nas importações
	●●	Exportações de resíduos de plástico
	●↗	Área média protegida em sítios marinhos importantes para a biodiversidade
15 VIDA TERRESTRE	●↓	Índice de saúde dos oceanos: Pontuação Águas Limpas
	●↑	Peixe capturado de unidades populacionais excessivamente exploradas ou em colapso
	●↑	Peixe capturado por arrasto ou dragagem
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	●↑	Peixe capturado que é depois devolvido ao mar
	●●	Ameaças à biodiversidade marinha incorporadas nas importações
	●↗	Área média protegida em sítios terrestres importantes para a biodiversidade
17 PARCELOS MEMBROS DE IMPLEMENTAÇÃO	●↗	Área média protegida em sítios de água doce importantes para a biodiversidade
	●↓	Lista vermelha, Índice de sobrevivência das espécies
	●↗	Desflorestação permanente
18 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	●↑	Desflorestação importada
	●●	Homicídios
	●●	Criminalidade efectivamente controlada
19 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	●●	Detenções irregulares
	●●	Registos de nascimento junto das autoridades civis
	●↓	Índice de Percepção da Corrupção
20 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	●●	Crianças envolvidas no trabalho infantil
	●●	Exportação das principais armas convencionais
	●↓	Índice de liberdade de imprensa
21 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	●●	Acesso e acessibilidade da justiça
	●●	Intempestividade dos processos administrativos
	●●	Expropriações são legais e adequadamente compensadas
22 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	●↑	Despesas públicas com saúde e educação
	●●	Para países de alto rendimento e todos os países do CAD da OCDE: Finanças públicas internacionais concessionais, incluindo ajuda pública ao desenvolvimento
	●↗	Outros países: Receitas públicas excluindo subvenções
23 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	●●	Pontuação dos paraísos fiscais para empresas
	●↗	Índice de desempenho estatístico
	●●	Índice de apoio dos países ao multilateralismo baseado na ONU

1.2. UMA ECONOMIA VULNERÁVEL NUM CONTEXTO DE DESAFIOS GLOBAIS E DOMÉSTICOS

O país enfrentou dificuldades em registar progressos significativos na transformação económica em 2024, com o PIB a crescer apenas 1,9%² um desempenho bastante inferior ao de países comparáveis. Este crescimento limitado foi condicionado pelo efeito de evicção do investimento privado, dado que os bancos comerciais financiaram os défices fiscais do Estado, pela quase estagnação do investimento público, em grande parte absorvido pelo aumento das despesas com salários e pensões de funcionários públicos, no âmbito da reforma da Tabela Salarial Única e pelo agravamento do serviço da dívida, com a concentração de vencimentos em 2024 e 2025.

O impacto da instabilidade social no último trimestre de 2024, resultante do período pós-eleitoral, foi particularmente severo, com uma contração do PIB de -4,87%, uma queda superior à de qualquer trimestre durante a pandemia da Covid-19.

De um modo geral, em 2024, registou-se um declínio do PIB per capita, uma vez que o crescimento demográfico deverá situar-se entre 2,5% e 2,9%. Na realidade, o PIB per capita em dólares não registou crescimento ao longo da última década. As tendências de longo prazo agravaram-se desde a emissão oculta, em 2014, de obrigações garantidas pelo Estado no valor de 2,2 mil milhões de dólares, destinadas a empresas públicas recém-criadas e intermediadas por bancos de investimento suíços e russos. Este choque endógeno reduziu significativamente o poder de compra dos moçambicanos, com uma depreciação da moeda nacional superior a 100%, empurrando mais de 7 milhões de pessoas para abaixo do limiar da pobreza.

Desde então, a economia tem-se concentrado progressivamente no sector extractivo, tornando-se menos diversificada e menos inclusiva. **A**

participação dos sectores produtivos não extractivos no PIB tem vindo a diminuir, incluindo em áreas-chave na geração de emprego, tais como a indústria transformadora, construção e turismo. Apenas a indústria transformadora registou uma contracção de -11,14% no quarto trimestre de 2024, em grande parte devido à agitação social.

Até 2024, cerca de 90% de todas as receitas do Estado foram destinadas a despesas recorrentes, nomeadamente (remuneração de funcionários públicos e pensionistas) e ao serviço da dívida. Como resultado, a margem orçamental para investimento público e prestação de serviços básicos permanece extremamente limitada. Os últimos pagamentos no âmbito da protecção social ocorreram em 2023, sendo que o país não conseguiu cumprir os objectivos estabelecidos neste domínio no âmbito da Facilidade de Crédito Alargada administrada pelo FMI.

O investimento público tem sido financiado, em grande parte, por projectos apoiados por Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), frequentemente executados fora do tesouro e do Orçamento do Estado, assim como por apoio orçamental do FMI, do Banco Mundial e, em menor escala, do Banco Africano de Desenvolvimento. Em 2023³ Moçambique recebeu aproximadamente 2,8 mil milhões de dólares em APD, valor que se prevê venha a repetir-se em 2024, embora os dados ainda não estejam disponíveis. Esta forte dependência da ajuda externa torna o país particularmente vulnerável aos cortes já anunciados por vários doadores, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido, Países Baixos e, possivelmente, outros parceiros tradicionais. Os Estados Unidos representaram cerca de 20% do total da APD recebida em 2023 (incluindo apoios destinados ao desenvolvimento e à assistência humanitária).

Os fluxos de capitais direccionados aos sectores produtivos nacionais (não extractivos) são bastante limitados. Em percentagem do PIB, o crédito à economia nacional situa-se no nível de 2008 (4,4 mil milhões de dólares americanos). Até Novembro de 2024, apenas 2% do crédito concedido teve como destino a agricultura, apesar de 70% dos moçambicanos dependerem desta actividade. Além disso, 8% foi alocado à indústria transformadora, 34% ao consumo particular (em detrimento do investimento) e 27% a sectores não especificados.

2. Instituto Nacional de Estatísticas.

3. Dados de OCDE/CAD.

Vista aérea da Baía de Maputo com a nova ponte de Katembe ao fundo. Inaugurada em 2018, a ponte de Katembe é a maior ponte suspensa do continente africano.

Foto: images/Westend61

1.3. POSIÇÃO ESTRATÉGICA PARA AMPLIAR A ACÇÃO CLIMÁTICA E O FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Os impactos climáticos estão a afectar o desenvolvimento de Moçambique. Na actual época chuvosa 2024-2025, o norte do país já foi atingido por três ciclones tropicais (Chido, Dikeledi e Jude). Além disso, vários centros urbanos sofreram inundações repentinas debilitantes e a região centro ainda enfrenta os efeitos da seca provocada pelo El Niño.

A nível regional, a África Austral foi severamente afectada por uma seca provocada pelo El Niño em 2024, com consequências negativas nas vidas e nos meios de subsistência de mais de 60 milhões de pessoas. Um estudo de economistas do RCO na região da SADC indicou que a perda cumulativa combinada do PIB que Moçambique poderá ter sofrido como resultado de choques climáticos contínuos poderá situar-se entre 17,1% e 32,5% do PIB.⁴

As projecções do Relatório do Banco Mundial sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento preveem que, no pior cenário (SSP3-RCP7), a pobreza em Moçambique aumentará em 5%, com mais 1,6 milhão de indivíduos a caírem na pobreza até 2050.

Dois factores principais agravam esta situação: **a rápida sucessão de eventos extremos impede a recuperação do Governo e das comunidades locais,** com um impacto desproporcional na educação, saúde e infraestruturas rodoviárias; em segundo lugar, o aumento lento da temperatura e a alteração nos padrões de precipitação (mais curta e mais intensa) reduzirão a produtividade laboral e afectarão negativamente a produção agrícola de sequeiro, da qual a maioria da população ainda depende. Isto terá um impacto desproporcional nas mulheres, uma vez que

a maioria (aproximadamente 79%) trabalha na agricultura e, devido à divisão de trabalho específica por género, as mulheres também são responsáveis pelos recursos hídricos, o que as obriga a percorrer maiores distâncias em situações de seca crescente, com riscos acrescidos de Violência Baseada no Género (VBG). O aumento das taxas de pobreza também afecta desproporcionalmente mulheres e raparigas devido aos riscos acrescidos de diferentes formas de VBG, como rapto, tráfico e exploração e abuso sexual; e a uma maior adopção de mecanismos de sobrevivência negativos, como uniões prematuras e forçadas e o sexo transaccional.

Contudo, **Moçambique já está a trabalhar para inverter esta tendência através de iniciativas como o sistema de “Aviso Prévio para Todos”, que visa estabelecer um Sistema de Aviso Prévio (SAP)** multi-riscos capaz de alertar todas as comunidades em Moçambique para tomarem medidas que minimizem os impactos de eventos extremos até 2027. O SAP de Moçambique já reduziu consideravelmente a perda de vidas e a perturbação dos meios de subsistência devido a eventos extremos (ver mais detalhes na secção PRIORIDADE ESTRATÉGICA 3: Resiliência Climática e Utilização Sustentável de Recursos Naturais).

Além disso, **a actualização das Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs) no âmbito do Acordo de Paris também representa uma oportunidade estratégica** para inverter esta tendência. Em primeiro lugar, reforçará a coordenação intersectorial do Governo através do Grupo Interinstitucional sobre Mudanças Climáticas; procurará reforçar o seu papel como plano de desenvolvimento, alinhando-se ao Plano Quinquenal do Governo e à Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo (2015-2035); e será utilizado como um mecanismo para

mobilizar financiamento climático internacional para apoiar o desenvolvimento resiliente e de baixas emissões de Moçambique.

Moçambique criou uma Unidade de Financiamento Climático no Ministério da Economia e Finanças para maximizar o financiamento climático e coordenar as partes interessadas neste domínio. Além disso, está actualmente em processo de formulação de uma Estratégia de Financiamento Climático, assim como do quadro regulamentar do Mercado de Carbono (ver secção 2.3 Apoio a Parcerias e Financiamento da Agenda 2030)

Ciclo Eleitoral de 2024

Desde as primeiras eleições multipartidárias do país, a ONU tem apoiado a organização de processos eleitorais em Moçambique, principalmente através de assistência directa aos Órgãos de Administração Eleitoral (OAE) e órgãos judiciais no âmbito do projecto do PNUD. Em 2024, a ONU prestou apoio técnico e operacional abrangente, que englobou uma série de iniciativas destinadas a fortalecer os espaços cívicos, promover a integridade da informação e melhorar a capacidade técnica e institucional de diferentes actores eleitorais.

A ONU intensificou os esforços para promover a participação eleitoral inclusiva, com foco nas mulheres, jovens, idosos, minorias, deslocados internos e pessoas com deficiência. Durante o processo das Eleições Gerais de 2024, foram lançados 18 materiais de campanha diversos em 11 campanhas de sensibilização pública. Estes incluíram spots televisivos, divulgação nas redes sociais e spots radiofónicos transmitidos em 26 rádios comunitárias em português e 18 línguas locais, com emissões diárias em horário nobre. Em conjunto, estes esforços alcançaram aproximadamente 20 milhões de cidadãos através dos meios de comunicação tradicionais e 1 milhão de utilizadores das redes

sociais, divulgando mensagens chave sobre a participação eleitoral pacífica e inclusiva. Como resultado de campanhas eficazes de educação cívica e eleitoral, 17,2 milhões de eleitores foram registados para as Eleições Gerais de 2024 - 52% dos quais eram mulheres. A ONU apoiou ainda os OAE com o fornecimento de equipamentos de comunicação e TIC, assim como materiais de educação eleitoral, fortalecendo assim os seus sistemas de comunicação interna e externa. Estes esforços, juntamente com a formação de técnicos de educação cívica e eleitoral, contribuíram para a preparação de mais de 180.000 funcionários de mesas de voto, ajudando a garantir um processo eleitoral tranquilo e inclusivo.

A ONU também facilitou **Plataformas Bilaterais de Diálogo** entre os OAE e os principais actores eleitorais – incluindo partidos políticos, a comunidade diplomática, organizações da sociedade civil (OSC), polícia e líderes religiosos. Estas plataformas incentivaram a troca regular de informações e o diálogo aberto entre as partes interessadas, **promovendo a transparência e fomentando o envolvimento político.** A ONU prestou apoio crucial ao processo eleitoral de Moçambique, reforçando a capacidade tanto do poder judicial como das forças de segurança para fortalecer o mecanismo de Resolução de Litígios Eleitorais. A ONU organizou a série de formação a nível nacional intitulada “O Papel do Judiciário na Administração da Justiça Eleitoral”, que **preparou 850 (237 mulheres) juizes de distrito e magistrados em todo o país para lidar com litígios eleitorais.**

A ONU tem prestado particular **atenção às ameaças à integridade e credibilidade eleitoral, especialmente ao aumento da poluição informativa.** A ONU apoiou os OAE no desenvolvimento de uma plataforma digital **eMonitor+**, que **ajudou a detectar um aumento alarmante do discurso de ódio e da disseminação de informações enganosas** que alimentaram a violência, particularmente durante o período

4. Medido em termos do PIB do país em 2023. Resumo da Política: Estratégias de médio a longo prazo para aumentar a resiliência aos choques na região da SADC, Sistema de RC da ONU na África Austral.

pós-eleitoral. Além disso, a ONU desempenhou um papel fundamental na sensibilização **pública sobre os perigos da desinformação e do discurso de ódio durante os processos eleitorais através de campanhas digitais** direccionadas. Reconhecendo o papel fundamental dos meios de comunicação no combate à desinformação, a ONU implementou um Programa Nacional de Formação da Comunicação Social sobre Eleições, que alcançou 565 jornalistas (201 mulheres) em todas as províncias. Esta iniciativa **reforçou a capacidade da comunicação social para promover uma reportagem precisa, equilibrada e ética durante o processo eleitoral**.

Além disso, a ONU, em colaboração com o Conselho Constitucional e a Universidade Eduardo Mondlane, desenvolveram uma plataforma digital para a verificação documental dos candidatos às Eleições Presidenciais de 2024. Este apoio contribuiu para aumentar a eficiência do processo de verificação, reduzindo o tempo de processamento através da digitalização dos procedimentos eleitorais e promovendo a colaboração entre instituições nacionais. A ONU também reforçou a Polícia da República de Moçambique (PRM) através da implementação de um programa de formação em cascata de formadores, que beneficiou, no total, 24.000 agentes da PRM. Esta formação assegurou que os agentes estivessem preparados para gerir a segurança eleitoral e salvaguardar os direitos humanos ao longo de todo o processo eleitoral. Além disso, a ONU

apoiou a produção de 24.000 exemplares do manual intitulado Guião de Procedimentos para Agentes da PRM nos Processos Eleitorais, disponibilizando ferramentas essenciais para garantir a segurança durante o período eleitoral.

Durante o período pós-eleitoral, o sistema da ONU emitiu várias declarações públicas em relação à situação em Moçambique, incluindo: declaração atribuível ao porta-voz do Secretário-Geral;⁵ declaração do Alto Comissário para os Direitos Humanos;⁶ declaração de um grupo de Procedimentos Especiais do Conselho dos Direitos Humanos;⁷ declaração da Coordenadora Residente e Coordenadora Humanitária para Moçambique;⁸ comentário do porta-voz⁹ da ONU para os Direitos Humanos.

5. <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2024-10-20/statement-attributable-the-spokesperson-for-the-secretary-general-mozambique-%C2%A0>
6. <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/11/mozambique-un-human-rights-chief-urges-de-escalation-post-election-tensions>
7. <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/11/mozambique-post-election-violence-and-repression-must-stop-say-un-experts>
8. <https://mozambique.un.org/sites/default/files/2024-11/UN%20Moz%20PR%2027%20Nov%202024%20-%20UNRC-HC%20Statement.pdf>
9. <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2025/01/comment-un-human-rights-spokesperson-seif-magango-tensions-mozambique>

Violeta Alexandre colhe legumes no seu campo em Chivimbire, distrito de Zavala, na província de Inhambane.

Foto: UNCDF Moçambique



Capítulo 2

APOIO DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DA ONU ÀS PRIORIDADES NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO POR MEIO DO QUADRO DE COOPERAÇÃO

Apoiado pelo UNFPA, brigadas móveis prestam serviços de saúde sexual e reprodutiva e de violência baseada no género em comunidades remotas.

Foto: UNFPA Moçambique // Mbuto Machili

Emp
Se
S
N

2.1. VISÃO GERAL DOS RESULTADOS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO

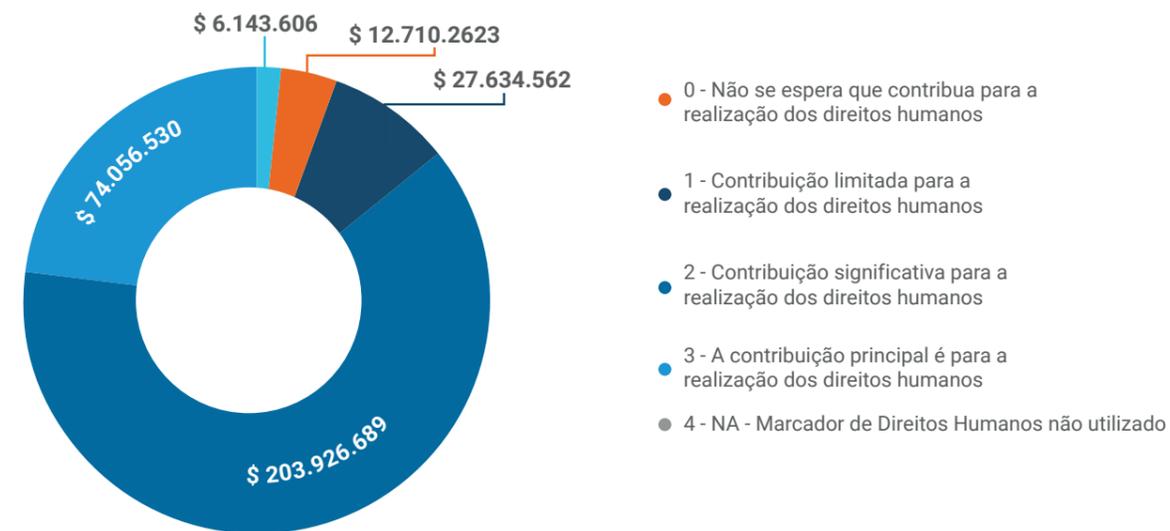


Quadro - Alinhamento de Prioridades Governamentais, Resultados do UNSDCF e ODS

Recursos Disponíveis por Marcador de Género



Recursos Disponíveis por Marcador de Direitos Humanos



Marcadores de Género e Direitos Humanos por Prioridade Estratégica



2.2. ANÁLISE DETALHADA DAS PRIORIDADES, RESULTADOS E INDICADORES DE RESULTADOS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO



PRIORIDADE ESTRATÉGICA 1 DESENVOLVIMENTO HUMANO

História Humana

Anifa Machaca (OIM Moçambique)

Como uma mulher redefiniu deficiência e unidade

Este texto retrata a transformação de Anifa Machaca, uma mãe de seis filhos, com 42 anos, e encarregada de educação de uma criança órfã do norte de Moçambique. Vivendo com uma deficiência numa sociedade marcada pelo estigma, Anifa outrora sentiu-se limitada pelas restrições que os outros lhe impunham. Membro importante de um grupo empresarial de peixe seco, Anifa não só está a ajudar a sua equipa a alcançar a estabilidade financeira, como também a derrubar preconceitos que durante muito tempo a rodearam.

O seu papel é multifacetado: negocia com fornecedores, gere as compras do grupo e garante o bom funcionamento das operações. Mas o seu impacto não se limita à logística. Anifa é uma motivadora, fomentando a colaboração entre os membros da comunidade de acolhimento e os deslocados. “Trabalhar em conjunto criou unidade”, afirma. “Hoje, partilhamos o mesmo objectivo e compreendemo-nos melhor”.

Esta transformação foi possível através da actividade de subsistência do Projecto de Participação das Mulheres, liderado pela OIM Moçambique. Concebida para capacitar mulheres em locais de deslocamento, esta iniciativa comunitária apoiou mais de 400 mulheres através de formação, mentoria e microfinanciamentos. Ao dotar as mulheres com as ferramentas para terem sucesso, o projecto incentivou a liderança e a independência económica.

Para Anifa, a liderança não se resume aos negócios: trata-se de impacto. O trabalho do grupo melhora o acesso local a bens e reduz as despesas domésticas da comunidade. Anifa também inspira outros a superar barreiras e a participar activamente nas suas vidas e comunidades.

A sua liderança desafia estereótipos e sublinha a importância de criar espaços onde todos, independentemente da sua capacidade, possam prosperar.

No passado, sentia vergonha e desânimo pelo que diziam sobre a minha deficiência. Hoje, sei que sou capaz de liderar e alcançar muito mais.

Anifa Machaca

Anifa Machaca.

Foto: OIM Moçambique/Muanesse Omar

Foto: OIM Moçambique/Muanesse Omar



Mulheres participam numa sessão de leitura e escrita num Espaço Seguro para Mulheres e Raparigas do UNFPA, em Erati, Namapa, Moçambique.

Foto: UNFPA Moçambique // Mbuto Machili

Agências, Fundos e Programas Contribuidores



RESULTADO

Até 2026, mais pessoas, particularmente as mais vulneráveis e marginalizadas, terão um acesso e utilização mais equitativas de protecção social e serviços sociais básicos de qualidade, inclusivos, resilientes e sensíveis ao género e a choques



RECURSOS DISPONÍVEIS 2022-2026

\$767M

DESPESAS 2022-2026

\$558M

INDICADORES DE RESULTADOS	TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEIS	TOTAL DE DESPESAS
1.1	\$33.505.096,00	\$24.873.924,00
1.2	\$454.361.358,00	\$329.647.701,00
1.3	\$259.908.574,00	\$186.800.499,00
1.4	\$19.538.646,00	\$16.732.146,00
Total Geral	\$767.313.674,00	\$558.054.270,00

RESULTADOS PROGRAMÁTICOS

Indicador de resultado 1.1: Fortalecidos os mecanismos e capacidades de actores e instituições comunitárias para combater normas socioculturais e de género discriminatórias, assim como para prevenir e responder à violência e práticas nocivas.

Em 2024, a ONU reforçou a capacidade de instituições e comunidades para combater normas discriminatórias, violência e práticas nocivas através de intervenções específicas. **Funcionários públicos e profissionais da linha da frente** foram capacitados para liderar esforços de protecção, sendo **45 funcionários (25 homens, 20 mulheres)** dos distritos de Chicualacuala, Mandjakaze e Xai-Xai, na província de Gaza, formados para abordar a violência contra mulheres e raparigas (VCMR) e colaborar com líderes comunitários. Estes representantes dos sectores da polícia, saúde, género e justiça fortaleceram a coordenação

a nível distrital para otimizar os serviços centrados nos sobreviventes. Em Cabo Delgado, **13 oficiais de unidades de resposta** à VBG, da polícia e dos serviços de planificação apoiaram a distribuição de recursos críticos, incluindo motocicletas, tendas e equipamento de escritório, aos serviços provinciais e distritais, reforçando a sua capacidade de identificar e abordar práticas discriminatórias. Foi adiada uma formação prevista para 300 funcionários provinciais sobre assistência a sobreviventes devido à intensificação do conflito e à instabilidade pós-eleitoral, sendo que a sua implementação foi reagendada para 2025.

O **envolvimento de jovens** emergiu como uma pedra angular dos esforços de prevenção. Fóruns de jovens a nível distrital, implementados em parceria com o Conselho Nacional da Juventude, fomentaram o diálogo intergeracional e a advocacia, permitindo aos jovens moldar estratégias de combate às uniões prematuras e à violência baseada no género (VBG). Os programas de reintegração escolar para raparigas não escolarizadas alcançaram uma **taxa de retenção de 98%**, com encarregados de educação e líderes comunitários activamente envolvidos para apoiar a matrícula. Iniciativas complementares alcançaram **839.337 adolescentes** com serviços de saúde sexual e reprodutiva (SSR) e intervenções de prevenção de uniões prematuras, apoiadas por parcerias com as autoridades provinciais de saúde.

Os **sistemas de educação** foram fortalecidos para promover a inclusão e segurança. O programa de Preparação Escolar Acelerada (PEA) garantiu que **16.995 crianças** (9.370 raparigas) fizessem a transição para a 1ª classe, enquanto programas de mentoria em 143 escolas formaram **1.082 adolescentes** (610 raparigas) sobre higiene menstrual, violência contra crianças (VCC), educação sexual abrangente e habilidades para a vida, beneficiando, **54.100 alunos**. Os esforços de educação inclusiva resultaram na formação de **274 professores** e fornecimento de dispositivos de apoio a crianças com deficiência, contribuindo para o aumento das taxas de conclusão do ensino primário.

Os **mecanismos de resposta à VBG** foram expandidos através de abordagens integradas. Em Cabo Delgado e Nampula, **18 vias de referência**, dois centros de VBG e 20 espaços seguros móveis prestaram gestão de casos e apoio psicossocial a **20.138 deslocados internos**, com 77% dos sobreviventes a

receber aconselhamento. A formação de **952 profissionais da linha da frente** em gestão de casos de VBG, prevenção de exploração e abuso sexual (PEAS) e análise de vulnerabilidade reforçou a prevenção liderada pela comunidade. O trabalho de sensibilização porta-a-porta por 212 voluntários comunitários e campanhas de sensibilização alcançaram 153.742 pessoas, reduzindo o estigma e melhorando o acesso aos serviços. No âmbito dos esforços para acabar com as uniões prematuras, quase 90.000 adolescentes receberam intervenções de prevenção e foram estabelecidas 110 zonas livres de uniões prematuras. 710 crianças resgatadas de uniões prematuras foram reunificadas com as suas famílias e 585 sobreviventes regressaram à escola.

A **mobilização comunitária** priorizou normas transformadoras de género. Mais de **3.500 membros da comunidade** em Gaza participaram em campanhas lideradas por 45 líderes formados, enquanto **1.558 indivíduos** nas áreas afectadas por conflitos participaram em diálogos de consolidação da paz para denunciar a VCMR e mitigar riscos. Desafios de segurança atrasaram o trabalho de sensibilização previsto para 19.000 mulheres e raparigas em Cabo Delgado, reagendado para 2025.

Os **sistemas de políticas e dados** foram reforçados para institucionalizar o progresso. O apoio técnico ao Instituto Nacional de Estatística promoveu a recolha de dados sensíveis ao género, informando a Estratégia de Estatísticas de Género de Moçambique. As iniciativas do sector da saúde incluíram a formação de **80 técnicos** em programas de género e a finalização de um protocolo clínico para a cessação tabágica, alinhando-se com os esforços para abordar as doenças não transmissíveis e as prioridades de segurança rodoviária.



A Dra. Catherine Sozi, Coordenadora Residente das Nações Unidas, reuniu-se com representantes de uma rede de mais de 250 organizações da sociedade civil na província do Niassa.

Foto: ONU Moçambique / Helvisney Cardoso



Reunião do Grupo de Engajamento Masculino de Marrupa, Província de Niassa. Com o apoio do UNFPA, essas reuniões permitem discussões frequentes entre pares para conscientizar sobre a prevenção da violência de género, promover a masculinidade positiva e incentivar mudanças de comportamento para aumentar a igualdade de género.

Foto: UNFPA Moçambique/Mbuto Machili

Indicador de resultado 1.2: Empoderadas as pessoas vulneráveis e marginalizadas para acederem e utilizarem serviços sociais básicos e sistemas de protecção de que necessitam ao longo da vida.

Em Abril de 2024, foi aprovada a Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, um marco legislativo que resultou da contínua advocacia e apoio técnico da ONU. Esta lei institucionaliza a protecção contra a discriminação e estabelece a obrigatoriedade da prestação de serviços inclusivos. Esforços complementares incluíram a integração dos direitos das pessoas com deficiência no Plano Nacional de Acção para a Criança (2024–2034) e nos planos de resposta humanitária, assegurando a alocação de recursos a longo prazo para a acessibilidade. Mais de **65 líderes comunitários** nas províncias de Gaza e Nampula receberam formação para identificar e denunciar a violência contra pessoas com albinismo, enquanto **74 funcionários dos sectores da saúde e da justiça** fortaleceram a sua capacidade de prestar serviços ligado à Violência Baseada no Género (VBG) e à Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) sensíveis à deficiência.

Para combater a desnutrição aguda, os programas apoiados pela ONU garantiram que **5,4 milhões de mulheres e crianças** beneficiassem de serviços vitais de prevenção e tratamento. Isto incluiu a admissão de **127.420 crianças menores de cinco anos e 34.262 mulheres grávidas e lactantes** para tratamento de desnutrição aguda grave e moderada. As intervenções nutricionais foram complementadas pela administração de suplementos de vitamina A a **3,7 milhões de crianças**, micronutrientes em pó a 796.510 crianças entre os 6 e os 23 meses e apoio pré-natal a 1,6 milhão de mulheres grávidas, que receberam ferro e ácido fólico. Mais de 60.000 crianças beneficiaram da distribuição de um Pacote de Nutrição Integrado, melhorando a nutrição a nível comunitário. Brigadas móveis de saúde e acções de proximidade comunitária expandiram o alcance dos serviços a populações

de difícil acesso, integrando a gestão da desnutrição com os cuidados de HIV/TB e o apoio à saúde materna.

Para fazer face a doenças evitáveis pela vacinação, a ONU apoiou o Governo de Moçambique na vacinação de 1.222.569 crianças menores de um ano (111% da meta) com três doses de vacinas contendo DTP. Campanhas Nacionais de Recuperação em Larga Escala (“Big Catch-Up”) alcançaram 524.383 crianças com zero doses de vacinas e 861.173 crianças com fraca imunização, retirando Moçambique da lista global dos 10 países com maior número de crianças com zero doses.

No norte de Moçambique, **353.362 crianças afectadas por crises** (51% raparigas) tiveram acesso à educação formal ou não formal através de espaços de aprendizagem temporários, aulas de recuperação e formação profissional. Os Programas de Aprendizagem Acelerada (ALPs) foram expandidos para Inhambane, Sofala e Zambézia, respondendo à elevada procura entre adolescentes fora do sistema de educação. Iniciativas de educação inclusiva capacitaram 274 professores com tecnologias de apoio, beneficiando crianças com deficiência. Um projecto-piloto de ecossistema digital para a transição das habilidades para o emprego, com testes previstos para 2025, visa colmatar lacunas para adolescentes excluídos da educação formal.

A ONU impulsionou esforços para expandir o acesso a serviços sociais básicos e sistemas de protecção para as populações vulneráveis, priorizando a equidade e as necessidades ao longo do ciclo de vida. Embora os dados finais sobre a cobertura do tratamento anti-retroviral (TARV) para 2024 ainda estejam pendentes, a contínua advocacia e integração de serviços procuraram sustentar o progresso na redução das disparidades no acesso ao tratamento pediátrico e adulto, com base nos resultados alcançados em 2023 na cobertura do TARV para crianças (71,8%) e adultos (85,6%).

As intervenções ASH (Água, Saneamento e Higiene) apoiadas pela ONU alcançaram **352.218 pessoas** com água potável e **583.427** com saneamento básico, priorizando deslocados internos afectados por conflitos e focos de cólera. Furos de água movidos a energia solar em Quissanga e pontos de água reabilitados em Metuge melhoraram o acesso para **1.600 pessoas**, enquanto **316 latrinas inclusivas** para pessoas com deficiência aumentaram a dignidade e segurança. Campanhas de promoção de higiene envolveram **712.845 pessoas**, com clubes ambientais a mobilizar **800 alunos** para a gestão de resíduos, e 1.315 comunidades alcançaram o estatuto de Livre de Fecalismo a Céu Aberto (LIFECA).

Em resposta a emergências, incluindo secas induzidas pelo El Niño, ciclones e surtos de doenças, a ONU apoiou o Governo na prestação de serviços integrados de saúde e nutrição, tratando 4,1 milhões de crianças contra o sarampo e a cólera. Foram pré-posicionadas provisões de emergência, incluindo 148 kits de saúde e 3.261 kits de saúde comunitária para apoiar uma resposta rápida.

Iniciativas de empoderamento económico alcançaram **487.515 mulheres, homens e crianças** vulneráveis através de transferências monetárias, vales de produtos básicos e programas de fortalecimento de capacidades. Estes esforços incluíram: a) o desenvolvimento de sistemas nacionais de protecção social, tais como subsídios focados na criança para agregados familiares com crianças menores de dois anos, e redes de segurança sensíveis a crises nas regiões afectadas por choques climáticos e deslocamentos; b) o empoderamento de pessoas vulneráveis e marginalizadas para a transição e acesso a regimes contributivos de protecção social; e c) o apoio a agricultores com insumos e habilidades para uma melhor nutrição e dietas saudáveis.

A ONU facilitou a implementação de um Sistema de Passe Fronteiriço harmonizado entre Moçambique e o Malawi, melhorando a circulação de pequenos comerciantes, especialmente mulheres, através de avaliações técnicas e consultas às partes interessadas. Conferências regionais sobre identidade legal fortaleceram a interoperabilidade transfronteiriça de dados, beneficiando as populações migrantes.

Indicador de resultado 1.3: Capacidades dos sistemas nacionais (incluindo a capacidade financeira interna) e das instituições reforçadas para prestar serviços sociais básicos e sistemas de protecção para todos, baseados nos direitos humanos e centrados nas pessoas.

Os sistemas nacionais foram reforçados para garantir a prestação equitativa de serviços sociais básicos. A ONU desempenhou um papel fundamental no reforço dos cuidados de saúde, da educação, da protecção social e das infra-estruturas de ASH, com uma forte ênfase nas abordagens baseadas nos direitos humanos e centradas nas pessoas.

SERVIÇOS DE SAÚDE E NUTRIÇÃO

Os esforços para melhorar o acesso aos cuidados de saúde resultaram na disponibilização de uma gama abrangente de serviços, incluindo saúde materno-infantil, nutrição, saúde sexual e reprodutiva, saúde mental e apoio psicossocial, e tratamento de doenças não transmissíveis. A distribuição estratégica de 88,5 milhões de dólares americanos em material de saúde e nutrição por 10 províncias, paralelamente ao apoio ao modelo de maturidade e à expansão da capacidade dos armazéns e das unidades de



Diana Mulana Jorge, deslocada internamente do seu lar no distrito de Chiúre, em Cabo Delgado, participa com os seus filhos numa sessão no Espaço Seguro para Mulheres e Raparigas em Pemba, capital provincial de Cabo Delgado, com o apoio do UNFPA.

Foto: UNFPA Moçambique // Mbuto Machili



Com o apoio do PMA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE) beneficia 220.000 alunos em 340 escolas de Moçambique, incluindo mais de 42.000 alunos na Província de Cabo Delgado.

Foto: ONU Moçambique/Helvisney Cardoso

armazenamento com temperatura controlada, reforçou ainda mais a prestação de serviços.

Mais de **20.986 recém-nascidos receberam cuidados especializados** através de unidades neonatais reforçadas e protocolos de Cuidados Essenciais ao Recém-Nascido (CERN). Um **total de 777 profissionais de saúde da linha da frente recebeu formação em cuidados neonatais e maternos**, e 158 unidades sanitárias foram equipadas com material essencial.

Foi dada especial atenção ao combate à desnutrição aguda, com programas de alimentação terapêutica a mitigar o impacto da redução das rações alimentares e dos desafios relacionados com o clima. **Mais de 100.000 pessoas receberam vacinas vitais contra a cólera e iniciativas de sensibilização baseada comunitária alcançaram mais de 5,4 milhões de pessoas com mensagens de prevenção.** Líderes comunitários receberam formação para reforçar a capacidade de resposta do sistema de saúde a surtos, garantindo a detecção e resposta atempadas. Foram também formados 280 agentes comunitários de saúde, reforçando ainda mais os sistemas de saúde comunitários. A ONU também apoiou a expansão da plataforma digital de saúde melhorada, integrando serviços de nutrição e HIV, para mais de 5.500 utilizadores. Melhorias nas condições de ASH em 32 unidades sanitárias beneficiaram 37.000 utentes internadas na maternidade.

No combate ao HIV, os sistemas nacionais foram fortalecidos para expandir o diagnóstico precoce infantil, resultando numa elevada percentagem de lactentes expostos ao HIV a receber o teste PCR nos primeiros dois meses de vida. Além disso, o apoio técnico contribuiu para o desenvolvimento de directrizes nacionais sobre estratégias de redução de danos e prevenção, melhorando ainda mais o acesso aos serviços de prevenção e tratamento do HIV.

A ONU também contribuiu para o avanço da vigilância sanitária, através de esforços de capacitação nacional para profissionais de saúde em mecanismos de vigilância epidemiológica e resposta a doenças. Mais de 100 peritos foram formados para o Inquérito Nacional sobre Prevalência e Factores de Risco para Doenças Crónicas Não Transmissíveis, assegurando a produção de dados robustos para a tomada de decisões baseada em evidências.

Foram acompanhados 33 assistentes sociais para prestar serviços de saúde mental e apoio psicossocial, **beneficiando mais de 12.020 crianças vulneráveis.** Em resposta a conflitos e desastres naturais, foram prestados serviços de protecção integral a 366.023 crianças, superando a meta de 233.952.

EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM DIGITAIS

A ONU apoiou a matrícula escolar de crianças, jovens e adultos através da formação de professores e de actividades extracurriculares, assegurando a continuidade da educação dos alunos. **Cerca de 345.573 (220.688 mulheres) adultos foram inscritos nos programas de educação** de adultos a nível nacional. A aprendizagem digital foi expandida através da criação de novas Instant Network Schools, aumentando o acesso à educação digital em comunidades carenciadas. Os esforços para reforçar o desenvolvimento na primeira infância (DPI) incluíram a formação de comités comunitários de saúde e apoio a campanhas multimédia que alcançaram milhões de pessoas com mensagens chave sobre estimulação precoce e prestação de cuidados responsivos. **Um programa de Preparação Escolar Acelerada alcançou 16.995 crianças**, proporcionando-lhes a confiança e habilidades necessárias para terem sucesso no ensino primário.

Os programas de alimentação escolar registaram uma expansão significativa, garantindo que as crianças tivessem acesso a refeições nutritivas que apoiassem a sua aprendizagem e retenção.

Um total de 353.362 crianças recebeu materiais de aprendizagem e juntou-se a espaços de aprendizagem melhorados, ultrapassando o objectivo inicial em 41% (250.000 crianças), reforçando, assim, os sistemas de educação inclusivos e resilientes. As taxas de conclusão do ensino primário em Moçambique aumentaram de 56% em 2021 para 66% em 2024, tendo, igualmente, aumentado a paridade de género no ensino primário de 0,94 em 2021 para 0,97 em 2024.

PROTECÇÃO SOCIAL E ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

Os investimentos em protecção social fortaleceram a resiliência comunitária, com intervenções direccionadas a melhorar a segurança alimentar das famílias e o acesso a serviços básicos. Os esforços de envolvimento da comunidade recorreram a vários canais de comunicação, incluindo rádio nacional e comunitária, teatro participativo e unidades móveis de comunicação, para promover comportamentos que salvam vidas. **Mais de 6 milhões de pessoas foram alcançadas através de campanhas multimédia** que abordaram saúde e nutrição, desenvolvimento na primeira infância e prevenção de doenças.

A nível institucional, os organismos nacionais de monitoria dos direitos humanos reforçaram a sua capacidade de rastrear e responder a questões de direitos humanos, incluindo no contexto de eleições. Além disso, actores locais da aplicação da lei foram envolvidos em intervenções de saúde baseadas na comunidade para desenvolver confiança e prevenir a violência contra os profissionais de saúde que respondem a surtos de doenças. **Mais de 3.000 profissionais da justiça foram formados em práticas adequadas**

para crianças e foram estabelecidos quatro espaços de acolhimento para sobreviventes nas instalações do SERNIC nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Sofala e Manica.

INSTITUIÇÕES DE ÁGUA, SANEAMENTO E HIGIENE

Foram realizadas melhorias significativas nas infraestruturas de ASH, com instalações modernizadas nas escolas e centros de saúde, garantindo ambientes e sanitários seguros. Dezenas de unidades sanitárias foram equipadas com sistemas de abastecimento de água movidos a energia solar, sanitários inclusivos e soluções de gestão de resíduos sólidos, beneficiando milhares de pacientes e garantindo que os partos ocorram em condições adequadas de ASH. Os programas de ASH nas escolas beneficiaram dezenas de milhares de crianças, tendo sido formados comités de água para manter as infraestruturas.

Para garantir a sustentabilidade, os grupos de trabalho técnicos nacionais foram fortalecidos para integrar indicadores de ASH nos sistemas de monitoria da saúde e da educação. Foram desenvolvidos roteiros nacionais com custos definidos para orientar a expansão dos serviços de ASH, assegurando melhorias a longo prazo nas infraestruturas institucionais.

INDICADOR DE RESULTADO 1.4: Quadros políticos, regulamentares e jurídicos melhorados para reforçar o acesso e utilização dos serviços sociais e de protecção.

Em 2024, registaram-se progressos na melhoria dos quadros normativos, regulamentares e legais para fortalecer o acesso a serviços de protecção social, particularmente para populações deslocadas e vulneráveis. A ONU desempenhou um papel fundamental no avanço



Casas resilientes são construídas no novo bairro de Mutua, distrito de Dondo, província de Sofala. O projecto insere-se no Mecanismo de Reconstrução do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em apoio das acções do Governo de Moçambique para a recuperação pós-ciclone.

Foto: PNUD/Brenda Hada

dos quadros nacionais, defendendo a inclusão de refugiados, deslocados internos e comunidades marginalizadas em iniciativas de protecção social lideradas pelo governo. **A ONU também apoiou a finalização da Estratégia Nacional de Gestão das Finanças Públicas (GFP).**

Os esforços para reforçar o Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) para as comunidades deslocadas resultaram no aumento da sensibilização e no fortalecimento dos mecanismos de protecção legal. Intervenções direccionadas em Cabo Delgado alcançaram centenas de indivíduos, capacitando-os com conhecimento sobre DUAT e garantindo a respectiva posse. A coordenação no âmbito da Área de Responsabilidade (AoR) de Habitação, Terra e Propriedade garantiu que as preocupações de protecção fossem eficazmente abordadas dentro de respostas humanitárias e de desenvolvimento mais amplas.

Apesar da limitada integração de refugiados e requerentes de asilo em programas nacionais de protecção social, parcerias com agências provinciais de assuntos sociais facilitaram o acesso a serviços básicos em assentamentos de refugiados. Notavelmente, uma iniciativa de energia foi estendida a deslocados internos, melhorando a infraestrutura e as condições de vida tanto para as comunidades deslocadas quanto para as de acolhimento. Em paralelo, esforços de advocacia bem-sucedidos levaram à inclusão de deslocados internos e refugiados em programas de prevenção da Violência Baseada no Género (VBG) e de Saúde Mental e Apoio Psicossocial (SMAPS) fornecidos pelo governo, expandindo o acesso a serviços críticos em regiões afectadas por conflitos.

A protecção à criança permaneceu uma prioridade, com formação direccionada e campanhas de sensibilização aprimorando a capacidade de actores locais para prevenir e responder a violações dos direitos da criança. Workshops comunitários e o desenvolvimento

de materiais educativos contribuíram para um sistema de protecção à criança mais estruturado e responsivo.

Na área da política social, **a expansão do Programa de Subsídio para Crianças de Moçambique beneficiou 48.668 crianças com idades entre 0 e 2 anos** e um projecto-piloto baseado em transferências monetárias antecipatórias beneficiou 5.000 indivíduos. O trabalho preparatório para o desenvolvimento de uma nova estratégia nacional de protecção social progrediu, incluindo a produção de evidências e consultas com as partes interessadas. Esses esforços lançaram as bases para futuros avanços de políticas que se esperam em 2025. Além disso, foram fortalecidas abordagens baseadas em dados através do desenvolvimento de uma avaliação nacional da pobreza infantil e da melhoria da capacidade analítica a nível provincial e distrital. A integração de dados de rastreamento de deslocamentos no quadro nacional de indicadores dos ODS de Moçambique também melhorou a monitoria das iniciativas de protecção social e de desenvolvimento de resiliência.

O papel de uma infraestrutura de saúde resiliente e acessível como uma componente chave da protecção social foi ainda mais enfatizado, com assistência técnica e esforços de capacitação a apoiar a revisão das políticas nacionais de infraestrutura de saúde. Esses esforços visavam aprimorar cobertura abrangente de saúde, particularmente para populações vulneráveis.

Através dessas iniciativas, a ONU contribuiu para o reforço dos quadros políticos nacionais, garantindo mecanismos de protecção social mais inclusivos e sustentáveis. Embora tenham sido alcançados progressos, mostra-se necessário envidar mais esforços para acelerar a implementação de políticas e institucionalizar reformas que garantam o acesso equitativo a serviços básicos para todos.

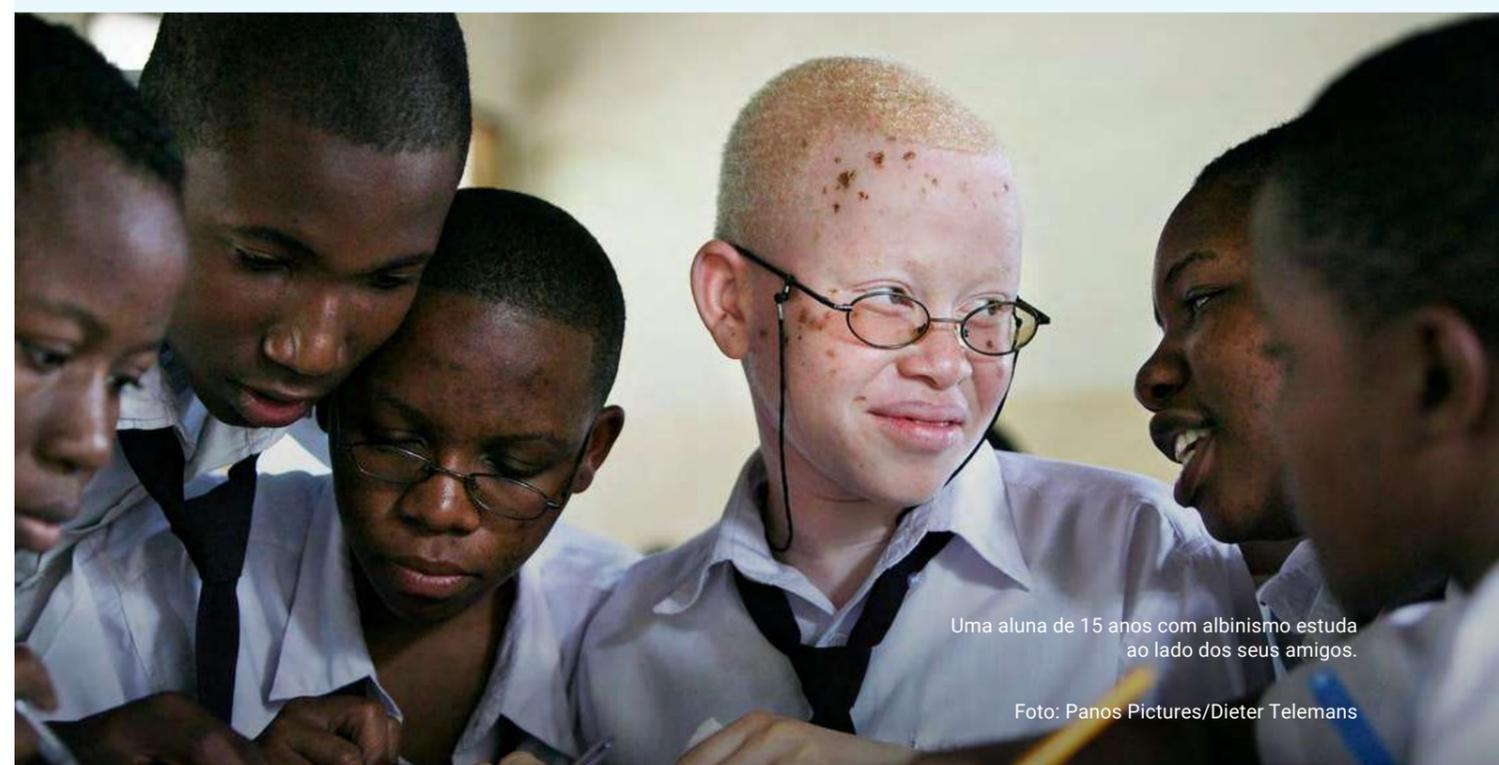
DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Os desafios no fortalecimento dos sistemas de protecção social e dos quadros políticos estavam principalmente relacionados com a inclusão limitada de refugiados e requerentes de asilo nos sistemas nacionais, restringindo o seu acesso a serviços básicos. O aumento das taxas de subnutrição, exacerbado pelas reduções das rações alimentares e por factores induzidos pelo clima, exerceu ainda mais pressão sobre as intervenções nos domínios da saúde e nutrição. A lentidão dos processos de reforma das políticas dificultou a expansão de quadros de protecção social inclusivos, enquanto as limitações financeiras e de capacidade afectaram a implementação a nível nacional e provincial.

Ademais, as precárias infraestruturas nos sectores da saúde, educação e água e saneamento básico limitaram a prestação de serviços nas zonas remotas e afectadas por crises. Assegurar uma governação eficaz, coesão social e consolidação da paz continua a ser um desafio significativo devido à persistência e intensificação das ameaças à segurança. A situação volátil continua a minar a confiança

nas instituições, a afectar a capacidade de resiliência das comunidades e a dificultar os esforços de desenvolvimento sustentável.

As lições aprendidas sublinham que a colaboração entre as várias partes interessadas aumenta a eficácia da prestação de serviços, especialmente nos domínios da saúde, educação e protecção social. A integração dos serviços de saúde, como a ligação entre o tratamento do HIV/SIDA e o apoio nutricional, melhora os resultados sanitários das comunidades vulneráveis. O fortalecimento da capacidade governamental a nível local acelera a aplicação e monitoriadas políticas, enquanto as iniciativas de aprendizagem digital, tais como a Instant Network Schools (INS), proporcionam soluções inovadoras para aumentar o acesso à educação em situações de crise. A sensibilização e as parcerias com as autoridades nacionais demonstraram ser os principais motores para garantir melhorias incrementais nas reformas políticas e na inclusão da protecção social.



Uma aluna de 15 anos com albinismo estuda ao lado dos seus amigos.

Foto: Panos Pictures/Dieter Telemans



PRIORIDADE ESTRATÉGICA 2 DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA E MEIOS DE SUBSISTÊNCIA SUSTENTÁVEIS

História humana

Francelina com os seus filhos

Alimentar a esperança: A jornada de Francelina para um futuro melhor

Francelina da Cruz Romano vive na comunidade de Naele, no norte de Cabo Delgado, onde a vida nem sempre é fácil. A aldeia, com cerca de 4.900 habitantes, é uma comunidade unida, composta por casas de barro rodeadas por árvores dispersas, todas dependentes de um poço de água partilhado. Apesar dos desafios diários, Francelina, de 23 anos, irradia simpatia, cumprimentando sempre os seus vizinhos com um sorriso à porta da sua modesta habitação.

Partilha esta casa de barro com sete crianças, incluindo as suas duas filhas. Para sustentar a família, Francelina vende bebidas caseiras e cultiva uma pequena machamba. No entanto, o custo dos alimentos nutritivos, como frango e peixe, pesa frequentemente sobre os seus recursos limitados, dificultando a garantia de uma dieta equilibrada para os filhos.

A sua vida começou a mudar quando a FAO lhe entregou quatro galinhas como parte do seu programa de apoio agrícola de emergência. O que parecia ser uma ajuda modesta revelou-se uma mudança profunda. As galinhas tornaram-se essenciais para a subsistência de Francelina, assegurando um acesso regular a alimentos nutritivos e reduzindo a necessidade de compras dispendiosas, melhorando significativamente a segurança alimentar da sua família.

“Estas galinhas são uma grande ajuda. Agora temos carne com mais frequência e posso poupar dinheiro para outras necessidades”, diz Francelina com gratidão. Para além das refeições do dia a dia, as galinhas também trazem alegria às celebrações familiares. Em ocasiões especiais, Francelina prepara pratos tradicionais como a muhantraca (papa de mandioca seca) e o u tokossa (um prato simples de galinha, água e sal), acompanhados por mangas verdes secas ou frescas. Estas refeições fortalecem os laços familiares, reunindo todos para festejar.

Embora o principal objectivo das galinhas seja alimentar a sua família, Francelina vende ocasionalmente algumas aves para complementar o rendimento. O dinheiro extra permite-lhe satisfazer outras necessidades.

Graças ao apoio da FAO, Francelina goza agora de maior segurança alimentar e da oportunidade de criar memórias queridas em torno de refeições partilhadas. No meio das incertezas da vida em Naele, Francelina mantém-se inabalável no seu compromisso de sustentar o bem-estar da sua família – porque a comida é mais do que nutrir; é a expressão do amor de uma mãe.

Estas galinhas são uma grande ajuda. Agora temos carne com mais frequência e posso poupar dinheiro para outras necessidades.

Francelina



Francelina com os seus filhos.

Foto: FAO Moçambique



Foto: FAO Moçambique

Agências, Fundos e Programas Contribuidores



RESULTADO

Até 2026, mais pessoas, em particular mulheres e jovens, participam e beneficiam de um crescimento económico mais diversificado, inclusivo e sustentável, assente no aumento da produção, da produtividade e no reforço das cadeias de valor acrescentado.



RECURSOS DISPONÍVEIS 2022-2026

\$463M

DESPESAS 2022-2026

\$274M

INDICADORES DE RESULTADOS	TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEIS	TOTAL DE DESPESAS
2.1	\$161.008.945,00	\$63.523.562,00
2.2	\$162.199.946,00	\$92.301.148,00
2.3	\$140.243.077,00	\$118.873.721,00
Total Geral	\$463.451.968,00	\$274.698.431,00

RESULTADOS PROGRAMÁTICOS

Indicador de resultado 2.1: Reforçados e sensíveis ao género os quadros jurídicos que visam a capacidade produtiva, a competitividade, as infraestruturas, o comércio e o investimento, a informação e as comunicações, sendo as novas tecnologias digitais inclusivas e mais acessíveis.

Durante o período abrangido pelo relatório, Moçambique realizou progressos significativos no **fortalecimento dos quadros políticos e jurídicos**, focando-se no aumento da **capacidade produtiva, competitividade e inclusão digital** nos sectores chave. Estes esforços tinham como foco a **agricultura, gestão do património cultural e sistemas de informação**, contribuindo todos para a **transformação estrutural mais ampla da economia**.

POLÍTICAS DE APOIO ÀS CADEIAS DE VALOR, SISTEMAS AGROALIMENTARES E CRESCIMENTO INCLUSIVO

No âmbito deste processo, a ONU prestou apoio técnico ao **desenvolvimento de políticas e tomada de decisões informadas** através de vários **estudos e iniciativas de fortalecimento de capacidades**. Entre os contributos notáveis, contam-se:

- **Desenvolvimento da Política Nacional de Urbanização de Moçambique**, que inclui objectivos estratégicos para um desenvolvimento territorial equilibrado, competitividade económica e sustentabilidade financeira.

- **Estudo sobre as sementes oleaginosas** que estabelece fórmulas de fixação de preços de referência para o gergelim, a soja e o girassol, que apoiou o Instituto do Algodão e das Oleaginosas de Moçambique (IAOM).
- **Revisão da Monitoria de Políticas**, abrangendo quatro dos sete produtos de base na secção de incentivos aos preços e actualizando as despesas públicas para o ano de 2021.
- **Estudo de viabilidade** para a transformação do Instituto Nacional de Irrigação (INIR) num instituto autónomo.
- **Apoio ao desenvolvimento do plano de acção do sistema alimentar**, concebido para orientar as intervenções a nível nacional.
- **Assistência na elaboração do regulamento relativo às sementes.**
- **Estudo a nível nacional sobre sementes falsas** para gerar informações baseadas em dados para uma tomada de decisões informada.

Para além da formulação de políticas, a ONU facilitou o **desenvolvimento das capacidades** de funcionários públicos em domínios fundamentais, nomeadamente:

- **Formação de técnicos estatísticos** dos principais ministérios e instituições moçambicanas sobre a utilização do **Índice de Capacidades Produtivas (ICP)**¹⁰, que inclui oito categorias¹¹, com 42 indicadores, permitindo a sua integração como uma ferramenta na formulação de políticas baseadas em evidências. A **Avaliação da Lacuna das**

10. <https://unctad.org/topic/least-developed-countries/productive-capacities-index>

11. Capital humano, capital natural, energia, transportes, TIC, instituições, sector privado, mudanças estruturais

Capacidades Produtivas Nacionais (NPCGA) para Moçambique foi também desenvolvida, combinando a ferramenta estatística ICP com uma análise política aprofundada de categorias específicas e recomendações exequíveis para melhorias.

- **Fortalecimento da capacidade** dos técnicos dos ministérios da Agricultura, da Indústria e Comércio, da Saúde, assim como do Instituto Nacional de Estatística e Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) sobre o **Balço Alimentar (FBS)**, incluindo a produção de dados do FBS para 2019-2022.
- **Facilitação da participação** do pessoal do Governo numa **viagem de estudo à Tanzânia** para adquirir experiência prática em **actividades e empresas relacionadas com a maricultura.**

Sob a liderança do **Ministério da Indústria e Comércio (MIC)** e do **Conselho Nacional de Qualidade (CONQUA)**, com o apoio do **Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ)**, a nova **Política Nacional de Qualidade (PNQ)** foi disseminada em **Nampula**, aumentando efectivamente a sensibilização e facilitando a partilha de informações valiosas entre as partes interessadas locais sobre este instrumento político fundamental. Além disso, o **Plano Estratégico do INNOQ**, desenvolvido com o apoio da ONU, foi formalmente aprovado e adoptado.

Por último, a ONU apoiou a **compilação de normas** destinadas a reforçar as melhores práticas nos **sectores da alimentação e da saúde**. Estes esforços centraram-se na promoção da **qualidade alimentar, da segurança e da rastreabilidade dos produtos** nos sectores da **pesca e da aquicultura**, nomeadamente:

- **PrNM 101:2024** - Código de Ética para o Comércio Internacional de Alimentos - Revisão.
- **PrNM 1274:2024** - Norma para avaliação da qualidade de alevinos de tilápia.



"Decidimos unir-nos como comunidade e criar esta associação de aquicultura; era um sonho antigo nosso", disse Bajulino Nhamavende, de 29 anos.

Foto: UNCDF Moçambique



Foto: FAO Moçambique

- **PrNM 1275:2024** - Norma de Qualidade para Alimentos para Tilápia.
- **PrNM ISO 18 537:2024** - Rastreabilidade de produtos de crustáceos - Especificações sobre a informação a registar nas cadeias de distribuição de crustáceos capturados.
- **PrNM ISO 16 741:2024** - Rastreabilidade de produtos de crustáceos - Especificações sobre a informação a registar nas cadeias de distribuição de crustáceos de cultura.
- **PrNM ISO 12 877:2024** - Rastreabilidade dos produtos da pesca - Especificações sobre a informação a registar nas cadeias de distribuição de peixe de viveiro

INCLUSÃO DIGITAL E GESTÃO DE INFORMAÇÃO

No **sector de gestão digital e informação**, foram fortalecidas plataformas para otimizar o **armazenamento de dados, gestão de projectos e eficácia dos relatórios**. A ONU apoiou a adopção de uma **plataforma integrada** para a gestão de propostas e relatórios de projectos, melhorando a **acessibilidade de informação e tomada de decisões**. Além disso, a ONU também apoiou o **Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER)** na operacionalização de uma nova funcionalidade no âmbito do **Sistema de Informação do Mercado Agrícola (SIMA)**, permitindo que os agricultores interajam directamente com os compradores e correspondam eficazmente a oferta à procura.

No domínio da **preservação do património cultural**, a ONU contribuiu para a **capacitação nacional** através da formação de uma instituição cultural pública em **métodos digitais e convencionais** de gestão do **património cultural subaquático**. Foram introduzidas ferramentas avançadas de imagem digital – tais como

software especializado para gerar **modelos 3D de alta qualidade, ortomosaicos e nuvens de pontos** – que melhoraram significativamente a **documentação, conservação e gestão sustentável** do património histórico de Moçambique.

Para **otimizar as cooperativas**, foram introduzidas **plataformas digitais** para facilitar a **recolha de dados em tempo real e a formação agronómica**. Uma **ferramenta digital personalizada** permite agora que as **organizações de agricultores** recolham **dados dos membros**, acompanhem a **produção agrícola** e melhorem a **planificação baseada em evidências**. Além disso, as **plataformas de formação electrónica** alargaram o acesso às **Boas Práticas Agronómicas (BPA)**, melhorando a **transferência de conhecimentos** entre agricultores e extensionistas.

Como parte dos **esforços de digitalização e licenciamento**, a ONU apoiou ainda o **registo electrónico** de **2.644 homens e mulheres** que dependem da pesca como principal meio de subsistência, assegurando a sua inclusão no **Sistema Nacional de Gestão das Pescas**.

INDICADOR DE RESULTADO 2.2: **Mais pessoas, especialmente mulheres e jovens, têm acesso facilitado a oportunidades de geração de rendimento, ensino e formação técnico-profissional, assim como serviços de desenvolvimento empresarial e financeiro e de extensão.**

O apoio da ONU permitiu alargar o acesso a **actividades geradoras de rendimentos, formação técnica e profissional e serviços de desenvolvimento empresarial**, com uma forte incidência nas **mulheres e nos jovens**. Foi implementada **uma gama diversificada de iniciativas para aumentar a empregabilidade**,

reforçar o empreendedorismo e melhorar a literacia financeira, contribuindo para a resiliência económica e para meios de subsistência sustentáveis.

COMPETITIVIDADE DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME)

A ONU promoveu formação de representantes de **237 Pequenas e Médias Empresas (PME)**, beneficiando **491 indivíduos**, incluindo **248 mulheres**, em **quatro províncias**. A formação abrangeu áreas chave como **custos e preços, preparação para a exportação, ferramentas financeiras para a tomada de decisões estratégicas, certificação e segurança alimentar, factores e estratégias de competitividade, negociação, embalagem e rotulagem**.

Além disso, **27 PME** receberam apoio directo da ONU e, em 2024, comunicaram resultados significativos, incluindo:

- Aumento das **ligações ao mercado**.
- Implementação de inovações de **produtos, serviços e processos**.
- Melhoria da estabilidade financeira e adopção de **boas práticas financeiras**.
- Aplicação de, pelo menos, uma **prática recomendada de gestão da segurança alimentar**.
- Conformidade com as **normas do mercado de exportação e início do processo de certificação necessário para as exportações**.

No sector da aquacultura, a ONU seleccionou **17 PME de elevado potencial** para receberem **assistência técnica especializada** destinada

a melhorar a sua competitividade. Esta iniciativa ajuda as **empresas locais a cumprirem os padrões internacionais**, a expandirem-se para os mercados globais e a criarem postos de trabalho, aumentando simultaneamente as oportunidades de rendimento.

SISTEMAS AGROALIMENTARES CLIMATICAMENTE INTELIGENTES E ECONOMIAS CIRCULARES

A ONU reforçou o **MADER**, otimizando as **técnicas de extensão participativa**, formando **33 extensionistas, técnicos dos parceiros de implementação e 420 facilitadores de agricultores** nas províncias de **Manica, Nampula e Zambézia**.

Além disso, **15.624 agricultores**, organizados em 350 grupos, receberam formação em **boas práticas agrícolas, técnicas pós-colheita e ligações de mercado** nas províncias de **Nampula e Zambézia**.

Para apoiar ainda mais os agricultores, a iniciativa incluiu:

- **Distribuição de 316 smartphones a facilitadores de agricultores**, juntamente com formação sobre a utilização do dispositivo para aceder e partilhar informações sobre boas práticas agrícolas e comercialização.
- **Fornecimento de 140 bombas de água** a grupos de agricultores para melhorar a **irrigação**.
- Fornecimento de **30 tractores de duas rodas** para auxiliar na preparação dos terrenos e no transporte dos produtos a nível das explorações agrícolas.
- **Estabelecimento de 145 parcelas de aprendizagem de culturas nas províncias de Nampula e Zambézia**, envolvendo 941 pessoas para promover a **adopção de tecnologias e práticas melhoradas nas Escolas de Campo de Agricultores**.



Foto: FAO Moçambique



Foto: FAO Moçambique

- **Capacitação de 38 técnicos do Governo e da ONU em boas práticas agrícolas** para a produção de sementes, metodologias de inspeção de campo, gestão do agronegócio e processamento de sementes. A formação abrangeu **culturas seleccionadas da cadeia de valor** (milho, arroz, feijão nhemba, amendoim, gergelim, feijão bóer, feijão comum e soja) em todas as fases vegetativas das culturas nas **províncias de Nampula, Zambézia e Cabo Delgado**.
- **Produção de 525 toneladas de sementes melhoradas** (milho, feijão, soja, feijão-frade, gergelim e feijão comum) por **257 produtores nas províncias de Nampula e Zambézia** – os produtores de sementes ganharam **23.680.070,00 Mt** com a venda de sementes.
- **Distribuição de 3.000 mudas de árvores de fruto** a mais de **1.000 famílias**, plantadas no Município do Dondo, província de Sofala, em alinhamento com a **Iniciativa Cidade Verde da ONU**.
- **Reforço da capacidade nacional de gestão dos solos**, com **18 técnicos formados** na metodologia **Doctor Soil** para melhorar a produção e a produtividade.

EMPREGO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DIGITAIS

Através da implementação do projecto, mais de **12.000 indivíduos** ganharam oportunidades de emprego, contribuindo para um alcance cumulativo de **mais de 27.000 pessoas**. Os programas formais de formação profissional proporcionaram a milhares de jovens competências em **construção, electricidade, alfaiataria, avicultura, instalação e utilização de energias renováveis** e outros ofícios.

Além disso, mais de **3.000 pessoas** participaram em **estágios e formação em gestão de empresas**, dotando-as de competências essenciais para o mercado de trabalho.

Os esforços para **integrar as competências digitais na formação profissional** aumentaram as **oportunidades de empregabilidade**, com programas especializados em **web design, robótica, inteligência artificial e cibersegurança** a beneficiarem as **jovens mulheres**.

Além disso, as iniciativas de **envolvimento do sector privado** reforçaram a capacidade das **empresas e cooperativas**, enquanto a formação de **organizações culturais e criativas** apoiou a sua **formalização e integração nos mercados económicos**.

EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Iniciativas de subsistência específicas apoiaram **micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), cooperativas e indivíduos** no desenvolvimento de competências empresariais e no acesso a serviços financeiros. Em Cabo Delgado, a formação em **empreendedorismo, literacia financeira e conceção de negócios** reforçou as capacidades das **Pessoas Deslocadas Internamente (PDIs) e das comunidades de acolhimento**, beneficiando cerca de **700 indivíduos** através de programas integrados de meios de subsistência. Intervenções semelhantes em **Nampula** prestaram apoio a **mais de 1.400 indivíduos**, incluindo **formação técnica e assistência ao arranque de empresas**.

A **capacitação económica das mulheres** continuou a ser uma prioridade fundamental, com cerca de **9.200 mulheres e jovens** a acederem a **oportunidades de geração de rendimentos**. Os programas de formação estruturados facilitaram a **literacia financeira, a formação profissional e a orientação empresarial**, enquanto os **grupos de poupança e empréstimo das aldeias** prestaram apoio financeiro, reforçando a independência económica das mulheres. Além disso, as **cooperativas lideradas por mulheres** dedicaram-se à **agricultura inteligente em termos climáticos**,

à **apicultura e ao artesanato**, aumentando a sua capacidade de gerar rendimentos sustentáveis.

A capacidade dos **agrocomerciantes** foi reforçada através da formação de **109 participantes** para melhorar o envolvimento no esquema de e-voucher em **Nampula, Zambézia, Sofala e Manica**. Além disso, o investimento em **42 microprojectos** nas **províncias de Nampula e Zambézia** permitiu que grupos de agricultores participassem com sucesso em **actividades agroindustriais**.

MEIOS DE SUBSISTÊNCIA RESILIENTES E INCLUSÃO FINANCEIRA

Os esforços de **inclusão financeira** centraram-se na criação de **grupos de poupança e crédito nas aldeias**, na promoção da literacia financeira e no apoio ao desenvolvimento empresarial entre as populações afectadas por conflitos. Cerca de **1.700 indivíduos** em **centros de reinstalação** ganharam maior controlo sobre os seus **recursos de subsistência** através de formação específica em **gestão empresarial, mecânica, carpintaria e competências em TIC**.

Indicador de resultado 2.3: O sector primário é mais sustentável, produtivo, com maior valor acrescentado e incorpora práticas circulares, regenerativas e transformadoras de género.

Em 2024, foram feitos progressos significativos no reforço da **sustentabilidade, da produtividade e da resiliência** do **sector primário** através de intervenções específicas na **agricultura, nas pescas, no desenvolvimento da cadeia de valor e na inclusão financeira**. A **ONU desempenhou um papel fundamental** no apoio aos **pequenos agricultores, pescadores, grupos de produtores e micro, pequenas e médias empresas (MPME)**,

promovendo **práticas circulares, regenerativas e transformadoras de género**. Além disso, a ONU efetuou análises aprofundadas de **cadeias de valor agrícola de elevado potencial, identificando os principais constrangimentos e delineando estratégias para os ultrapassar**, expandindo assim as **oportunidades de geração de rendimentos**.

AGRICULTURA E SISTEMAS ALIMENTARES RESILIENTES ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Um total de **25.051 produtores (38% de agregados familiares chefiados por mulheres)** obtiveram **acesso a insumos agrícolas melhorados** através do **esquema de e-voucher** nas **províncias de Nampula, Zambézia, Manica e Sofala**, com aproximadamente **5 milhões de dólares americanos** investidos na economia local através da rede de agrodealers. Além disso, **287 grupos de agricultores** (integrando mais de **8.000 agricultores, 50% chefiados por mulheres**) receberam **pacotes de e-voucher de grupo** (sementes e fertilizantes) para **demonstrações de estudo**, promovendo a **ação coletiva** através das **Escolas de Campo para Agricultores (ECA)**.

Apoio adicional incluído:

- **Construção de 50 bancos de sementes comunitários** nas **províncias de Nampula e Zambézia**, beneficiando **1.250 pessoas**, combinados com **formação pós-colheita**.
- **Aumento do acesso a pesticidas e ferramentas agrícolas** para **3.038 produtores nas províncias de Nampula e Zambézia** para apoiar o tratamento de cajueiros através do **esquema de e-voucher**, alinhando com a estratégia do Instituto de Amêndoas de Moçambique (IAM) para alargar a **cobertura do tratamento de cajueiros** com o **envolvimento do sector privado**.

- Distribuição de mais de **190.000 kits agrícolas** (contendo sementes, agroquímicos e sacos de armazenamento pós-colheita), beneficiando milhares de agregados familiares em várias províncias.
- Expansão dos **serviços de extensão**, com cerca de **1.100 extensionistas agrícolas** a prestar apoio técnico em matéria de **boas práticas agrícolas, gestão das perdas pós-colheita e sistemas alimentares resistentes ao clima**.
- **As iniciativas de fortalecimento de capacidades** apoiaram mais de **96.000 pequenos agricultores**, dotando-os de competências **empresariais e comerciais, estratégias de integração da cadeia de valor e serviços de inclusão financeira** para melhorar a **participação no mercado**.

DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AQUICULTURA

O sector das **pescas** foi reforçado através do **fornecimento de insumos essenciais e de programas de formação** destinados a aumentar a **produtividade e a sustentabilidade**.

- **Oito associações de pescadores** receberam apoio directo, incluindo a **distribuição de 17 embarcações** para melhorar a **eficiência operacional**.
- Mais de **200 pescadores** beneficiaram de **formação especializada em técnicas de aquicultura**.
- **Foram organizadas três feiras de peixe e uma feira de emprego** e empreendedorismo para **melhorar o acesso ao mercado**, ligando os **pescadores a compradores e prestadores de serviços financeiros para facilitar o crescimento do negócio**.

INCLUSÃO FINANCEIRA E ESPÍRITO EMPRESARIAL

A inclusão financeira continuou a ser uma prioridade fundamental, com intervenções específicas que alargaram o acesso das populações vulneráveis aos serviços bancários e aos serviços financeiros móveis.

- Cerca de **600 refugiados e pessoas deslocadas internamente (PDI)** obtiveram acesso a **serviços financeiros formais**, reforçando a sua capacidade de resiliência económica.
- **78 micro e pequenas empresas (MPE) lideradas por mulheres** obtiveram **licenças comerciais simplificadas**, permitindo-lhes **funcionar formalmente** e expandir as suas actividades económicas.
- **As iniciativas de literacia financeira** levaram à formação de **194 grupos de poupança e empréstimo em aldeias**, beneficiando mais de **6.300 mulheres** em várias províncias. Estes grupos forneceram **apoio financeiro fundamental**, permitindo às mulheres **poupar, investir e participar em actividades geradoras de rendimentos**.

LIGAÇÕES DE MERCADO E DESENVOLVIMENTO DA CADEIA DE VALOR

O apoio aos **grupos de produtores e aos intervenientes na cadeia de valor** aumentou as **oportunidades económicas** e melhorou a **participação no mercado**:

- **Foram reforçadas seis redes de grupos** de produtores, melhorando o poder de **negociação coletiva** e o acesso aos factores de **produção e aos mercados**.

- Cerca de **13.000 jovens empresários e atores da cadeia de valor** receberam **insumos de qualidade e assistência técnica**, integrando-os ainda mais em **cadeias de valor agrícolas e pesqueiras sustentáveis**.

Além disso, a **ONU realizou uma investigação orientada para a ação em quatro cadeias de valor agrícola** para identificar as **Medidas Não Tarifárias (MNT)** e outros constrangimentos que impedem o seu desenvolvimento. Alinhado com a **Estratégia de Desenvolvimento do Sector Agrícola (2022)** e informado por inquéritos às partes interessadas e consultas, o estudo centrou-se no gergelim, na soja, no tomate e no camarão branco, avaliando o seu potencial de exportação, inclusão, adição de valor e melhorias de sustentabilidade.

ACESSO A ENERGIAS RENOVÁVEIS PARA USOS PRODUTIVOS

As **Nações Unidas reforçaram o envolvimento do sector privado na comercialização e utilização das energias renováveis a nível comunitário**, ao mesmo tempo que aumentaram a **capacidade das instituições e das empresas para compreenderem os benefícios, as oportunidades e planificação empresarial** associados às **utilizações produtivas das energias renováveis**.

Ao conceber e testar a **Super Linha de Crédito**, a iniciativa demonstrou que o financiamento do **sistema energético é sustentável e rentável** para as instituições financeiras.

Esta iniciativa contribuiu para vários Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- **ODS 7:** Energia acessível e limpa
- **ODS 9:** Indústria, inovação e infraestruturas
- **ODS 12:** Consumo e produção responsáveis
- **ODS 13:** Ação climática, através da redução das emissões de CO2 e de outros gases com efeito de estufa (GEE)

Até 2024, a ONU terá contribuído cumulativamente para a implantação de **tecnologias de energias renováveis** em Moçambique, incluindo:

- **28 kW de energia solar fotovoltaica** para pequenos agricultores nas **províncias de Manica, Sofala e Zambézia**.
- **12,5 kW de energia solar fotovoltaica** para “**tablets comunitários**”, que permitem a implantação de **comunicações digitais** em comunidades rurais de Moçambique.
- **21 kW de energia solar fotovoltaica** para pequenos agricultores na **província de Maputo**.
- **63 kW de energia solar fotovoltaica** para fornecedores independentes de água nas províncias de **Maputo, Inhambane e Manica**.
- **15,5 kW de energia solar fotovoltaica** combinada com 8,4 kW de biogás (produção de energia a partir de resíduos) em **comunidades piscatórias** em **Quissico, província de Inhambane**.

DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Esforços para fortalecer o **crescimento económico e a inclusão digital** enfrentaram diversos desafios:

- **Riscos de segurança e deslocamentos** dificultaram a recuperação económica e a criação de empregos, particularmente em áreas afectadas por conflitos.
- **O envolvimento limitado na formulação de políticas** restringiu a promoção da **competitividade económica e da transformação digital**.
- **A capacidade técnica e a infra-estrutura insuficientes** dificultaram o apoio a **iniciativas económicas baseadas no conhecimento**.
- **As disparidades de género** continuaram a limitar o acesso a **tecnologias digitais, formação profissional e oportunidades de empreendedorismo**.
- **Ligações fracas ao mercado e acesso financeiro limitado** para **pequenos agricultores, pescadores e MPME** limitaram ainda mais o **desenvolvimento económico**.
- **A variabilidade climática e eventos climáticos extremos** perturbaram a **produção agrícola e as cadeias de valor**, exacerbando a **insegurança alimentar e a instabilidade económica**.

Programas de formação para PME:

Programas de formação **melhoraram significativamente as competências dos representantes das PME**, resultando numa **maior participação e envolvimento em reuniões B2B**, o que permitiu que as empresas **fechassem negócios e acessem a mercados**.

No entanto, persistem desafios:

- Garantir uma **participação consistente em diversas regiões**.
- Manter o **envolvimento a longo prazo das PME** para além da duração do projecto.
- Prestar **serviços contínuos e acompanhamento** alinhados com as **necessidades e interesses das PME**.

Plano Estratégico e Sustentabilidade do INNOQ:

A **aprovação do Plano Estratégico do INNOQ** marca um **marco significativo** na garantia da **sustentabilidade institucional a longo prazo**. Além disso, o INNOQ demonstrou uma **forte capacidade** interna para conduzir **programas de auditoria** para o **Departamento de Formação em Sistemas de Gestão da Qualidade** e outras divisões, com o apoio dos seus **Audidores Internos formados e competentes**. A instituição está a **fortalecer progressivamente** as suas operações, fomentando um **maior sentido de apropriação e iniciativa**, e posicionando-se para a **auto-suficiência para além da conclusão do projecto**. No entanto, persistem desafios importantes:

- **Expandir o grupo de auditores formados** em todos os departamentos e sectores.
- Superar a **resistência inicial dos beneficiários às auditorias**, que entretanto foi resolvida com sucesso.

As lições aprendidas durante o período em análise foram:

- **As parcerias público-privadas** demonstraram ser eficazes no aumento das **oportunidades de emprego para os jovens e no desenvolvimento do empreendedorismo**.
- A integração da formação profissional com serviços de desenvolvimento de negócios melhorou os resultados de empregabilidade.
- **A agricultura inteligente em relação ao clima e o desenvolvimento da cadeia de valor** aumentaram a **resiliência e a produtividade** no sector primário.
- **A expansão da literacia financeira e dos grupos de poupança** fortaleceu a **resiliência económica**, particularmente para **mulheres e populações vulneráveis**.
- A literacia digital e o desenvolvimento de infra-estruturas continuam a ser facilitadores críticos da **transformação económica e da inclusão**.



Foto: FAO Moçambique



PRIORIDADE ESTRATÉGICA 3 RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

História Humana

Um novo centro de saúde na comunidade de Djodjo, distrito de Panda, província de Inhambane

Acção climática liderada localmente

Em Djodjo, Moçambique, mulheres e famílias enfrentavam sérios obstáculos aos cuidados de saúde materna. Anteriormente tinham de caminhar mais de 40 km para aceder a serviços de saúde e dependiam de uma cabana improvisada como enfermaria de maternidade sem electricidade, instalações adequadas ou pessoal suficiente.

“Tínhamos de usar um telefone ou lanterna para assistir aos partos; e se eu estivesse sozinha, tinha de pôr o telefone na boca enquanto ajudava as mães e os bebés”, recorda a enfermeira Almeira Nhagumbe.

Graças ao Local Climate Adaptive Living Facility (LoCAL) do UNCDF, Djodjo tem agora uma clínica resiliente e totalmente equipada, inaugurada em 2024, que oferece serviços de saúde sexual e reprodutiva dignos.

“Neste novo edifício, temos tudo o que as mães e as crianças precisam; éramos uma equipa de apenas uma enfermeira e um técnico de saúde antes, agora somos compostos por seis

pessoas”, diz Almeira. Com a infra-estrutura melhorada, os partos aumentaram de apenas dois para doze por mês.

Através do mecanismo LoCAL, muitas comunidades como Djodjo, em Moçambique, acedem a soluções de adaptação climática e a fundos para governos locais, permitindo que as comunidades liderem as suas próprias acções climáticas.

Conselhos consultivos locais — formados por membros eleitos pela comunidade — reúnem cidadãos e governo, garantindo que as prioridades reflectem as necessidades reais.

“Escolhemos a maternidade porque somos nós que vamos dar à luz aqui”, afirma Teresa Wilson, membro do conselho do distrito de Chókwè.

Esta história mostra como a liderança comunitária combinada com o financiamento climático impulsiona o desenvolvimento sustentável, a resiliência e salva vidas.

Neste novo edifício, temos tudo o que as mães e as crianças precisam; éramos uma equipa de apenas uma enfermeira e um técnico de saúde antes, agora somos compostos por seis pessoas.

Almeira Nhagumbe



Uma nova clínica de saúde na comunidade de Djodjo, distrito de Panda, província de Inhambane.

Foto: UNCDF Moçambique



Adolfo Chivande, líder local, posiciona-se orgulhosamente em frente ao sistema de abastecimento de água e dessalinização recentemente inaugurado na comunidade de Macaretane, distrito de Chokwe, província de Gaza, construído por meio do Mecanismo LoCAL (Local Climate Adaptive Living Facility) do UNCDF com o apoio financeiro da Suécia.

Foto: UNCDF Moçambique

Agências, Fundos e Programas Contribuidores



RESULTADO

Até 2026, mais pessoas, especialmente as mais vulneráveis, são resilientes às alterações climáticas e a desastres, e beneficiam de uma gestão mais sustentável do ambiente e dos recursos naturais, bem como de infraestruturas e assentamentos humanos resilientes, com efeitos positivos no PIB nacional.



RECURSOS DISPONÍVEIS 2022-2026

\$342M

DESPESAS 2022-2026

\$222M

INDICADORES DE RESULTADOS	TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEIS	TOTAL DE DESPESAS
3.1	\$38.136.382,00	\$30.407.495,00
3.2	\$182.934.143,00	\$124.282.608,00
3.3	\$11.306.297,00	\$7.034.398,00
3.4	\$110.602.823,00	\$60.427.981,00
Total Geral	\$342.979.645,00	\$222.152.482,00

RESULTADOS PROGRAMÁTICOS

Indicador de Resultado 3.1: Desenvolvidas e reforçadas políticas, estratégias, leis e regulamentos para utilização de recursos ambientais e naturais, resiliência climática e a desastres, com base em boas práticas e normas, e são transformadores em termos de género.

Um progresso significativo foi feito no desenvolvimento e fortalecimento de políticas, estratégias e quadros regulamentares nacionais, para melhorar a sustentabilidade ambiental, a resiliência climática e a redução do risco de desastres.

USO SUSTENTÁVEL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

A ONU prestou apoio técnico ao Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP) na concepção da Estratégia de Desenvolvimento da Economia Azul e do seu plano de acção, assim como do Plano Director de Pescas de Moçambique. Também apoiou o Ministério da Terra e Ambiente (MTA) na elaboração do Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia, que foi aprovado em Setembro de 2024.

Para apoiar a aplicação destas estratégias e planos, a ONU auxilia as instituições públicas com o mandato de proteger e gerir os recursos

naturais na mitigação e gestão dos riscos de corrupção. A ONU apoiou a Agência Nacional de Controlo da Qualidade Ambiental (AQUA) no desenvolvimento de um Código de Ética, que foi aprovado pelo Ministro do MTA, em Junho de 2024. O Código de Ética estabelece directrizes claras para a conduta ética entre os funcionários da AQUA, reforçando a integridade, a transparência e a responsabilização dentro da organização.

RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E A DESASTRES

O apoio à resiliência climática foi reforçado, através do desenvolvimento do Roteiro de Aviso Prévio para Todos, em Moçambique (EW4All), melhorando a preparação para desastres induzidos pelo clima. O roteiro foi desenvolvido com base numa análise de lacunas, consultas extensivas e validação por S. Exa. o Presidente Nyusi, garantindo apoio político de alto nível. Adota uma abordagem de Sistema de Avisos Prévios de Múltiplos Riscos (MHEWS), abordando todos os elementos da cadeia de valor do MHEWS e a coordenação inter-pilares. A ONU apoiou o processo, e continuará a fazê-lo, através das principais instituições governamentais e da Cruz Vermelha de Moçambique. Os arranjos institucionais para o Roteiro visam garantir uma implementação sustentada e coordenada, para impulsionar acções em grande escala sobre avisos prévios. Está em curso um trabalho para integrar o roteiro nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) do país. Os investimentos em sistemas de aviso prévio incluíram o aumento de escala a nível distrital e o reforço de capacidades para as autoridades provinciais e distritais, melhorando a eficácia da resposta em áreas de alto risco. Além disso, o Governo esteve envolvido em discussões para operacionalizar mecanismos de seguro climático, através da Capacidade de Risco Africana (ARC), garantindo respostas oportunas a ciclones e secas. Adicionalmente, através do

Plano Nacional de Acção para a Eliminação da Cólera, a ONU ajudou a fortalecer a ligação entre desastres impulsionados pelo clima e riscos para a saúde pública, reforçando os mecanismos de aviso prévio e resposta à cólera.

Com o apoio técnico da ONU, **Moçambique finalizou e aprovou a nova Lei dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água de Saneamento**, aprovada pelo Parlamento em Março de 2024. Esta lei promove o acesso sustentável e equitativo aos serviços de água e saneamento, particularmente para as comunidades vulneráveis, ao mesmo tempo que fortalece as oportunidades de investimento e a supervisão regulamentar. Além disso, foram feitos esforços para integrar considerações de resiliência climática e gestão do risco de desastres (GRD) nos regulamentos de implementação da lei.

Igualmente importante foi a aprovação da Política Nacional de Urbanização do país. A ONU apoiou a formulação da Política Nacional de Urbanização, destinada a promover a urbanização planeada do território e a economia de aglomeração em Moçambique, para produzir cidades e assentamentos humanos onde haja equidade social, inclusão espacial e prosperidade para todos. A Política, que foi aprovada pelo Conselho de Ministros, em Abril de 2024, adopta um princípio de mitigação e adaptação às alterações climáticas e promove o desenvolvimento de cidades e centros urbanos resilientes a riscos naturais e causados pelo homem, favorecendo soluções com a natureza que protegem os ecossistemas, os habitats naturais e a biodiversidade, e estimulam a urbanização planeada de baixo carbono.

Ligado à Política Nacional de Urbanização, **a ONU apoiou a formulação do Regulamento de Gestão do Risco de Desastres e Resiliência Climática Urbana**, destinado a integrar medidas de resiliência no planeamento urbano e desenvolvimento de infra-estruturas. Este



Artífices qualificados na Beira recebem formação da OIM e da ONU-Habitat para liderar iniciativas de construção de habitações resilientes. Mais de 1.700 artífices estão envolvidos na reconstrução de casas, reforçando a resiliência comunitária após os ciclones Idai e Kenneth.

Foto: OIM / Amanda Nero



Foto do Centro de Saúde de Marokani, construído pela UNOPS em Ancuabe, que oferece cuidados de saúde essenciais e resilientes ao clima às comunidades deslocadas e de acolhimento.

Foto: UNOPS / Bruno Pedro

apoio incluiu também a construção de abrigos seguros, a melhoria dos sistemas de drenagem e o reforço da preparação para desastres em áreas urbanas, para aumentar a sua resiliência. Esforços complementares no âmbito da Lei de Gestão e Redução do Risco de Desastres de Moçambique estabeleceram novos padrões para a resiliência de infra-estruturas, particularmente nos sectores da educação e da saúde.

INCLUSÃO DE COMUNIDADES DESLOCADAS E VULNERÁVEIS

Iniciativas de advocacia e capacitação garantiram que populações vulneráveis, incluindo deslocados internos (PDI), retornados, comunidades de acolhimento e migrantes, fossem integradas em quadros de adaptação climática e resposta a desastres. Foi prestado apoio a meios de subsistência inteligentes em relação ao clima para refugiados e PDI, ligando-as a oportunidades de financiamento climático. Além disso, foram facilitadas consultas para explorar alternativas à utilização de escolas como abrigos para ciclones, equilibrando a preparação para desastres com a continuidade educacional.

INDICADOR DE RESULTADO 3.2:
As instituições governamentais possuem capacidades reforçadas para a tomada de decisões baseada em evidências (incluindo análise de género), responsabilização e coordenação eficaz para desastres e resiliência climática, infra-estruturas resilientes e gestão sustentável do ambiente e dos recursos naturais.

Em 2024, a ONU contribuiu significativamente para melhorar a capacidade das instituições governamentais de tomar decisões baseadas em evidências, melhorar a responsabilização e fortalecer os mecanismos de coordenação para

a resiliência a desastres, a adaptação climática e a gestão sustentável dos recursos naturais. Estes esforços foram instrumentais no apoio às comunidades afectadas por desastres, no reforço da resiliência das infra-estruturas e na integração de abordagens baseadas em dados na governação nacional e local.

PREPARAÇÃO PARA DESASTRES, CAPACIDADE DE RESPOSTA E INFRA-ESTRUTURAS RESILIENTES

As iniciativas da ONU apoiaram a capacidade do Governo de liderar e responder a emergências, incluindo a facilitação da planificação da resposta, pré-posicionamento de suprimentos críticos e fortalecimento de mecanismos de contingência em várias províncias. Os sistemas de aviso prévio foram expandidos e a coordenação da resposta a emergências melhorou, através do apoio logístico e de avaliações rápidas. As principais iniciativas incluíram:

- O Desenvolvimento de Conjuntos de Dados Operacionais Comuns para Estimativas Populacionais, a fim de fornecer dados demográficos desagregados para a planificação da resposta a desastres, assim como para a planificação nacional da resiliência climática.
- Foi alcançada uma colaboração mais forte entre as principais instituições envolvidas nas previsões meteorológicas: Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) e a Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH) – fortalecendo o monitoramento, a previsão e os alertas baseados no impacto para perigos hidrometeorológicos, melhorando as capacidades de preparação e resposta
- Avaliações de emergência e avaliações de danos e perdas pós-ciclone foram realizadas com o Governo em Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Sofala, Manica e Gaza. Estas avaliações informaram as

intervenções humanitárias, assim como orientaram os esforços de construção da resiliência e identificaram vulnerabilidades nas infra-estruturas de habitação, agricultura, educação, saúde e transportes a nível nacional e comunitário.

- Após estas avaliações, as instituições do governo receberam apoio técnico para integrar medidas resilientes em infra-estruturas públicas, resultando em **120.000 crianças a beneficiarem de salas de aula resilientes** com instalações sanitárias sensíveis ao género em todo o país. Além disso, a ONU construiu e reabilitou **casas resilientes, beneficiando mais de 114.000 pessoas** afectadas por eventos climáticos extremos. Isto inclui 101.156 indivíduos que ganharam acesso a infra-estruturas públicas, como escolas, hospitais, abrigos de emergência e edifícios de serviços governamentais. Além disso, foram construídos dois centros de saúde resilientes e dois centros de tratamento de resíduos sólidos, para melhorar os serviços de saúde e a gestão de resíduos sólidos.

TRANSPARÊNCIA CLIMÁTICA

A ONU desempenhou um papel fundamental no avanço da tomada de decisões baseada em evidências, apoiando a capacidade do Sistema Nacional de Monitoria e Avaliação das Mudanças Climáticas de monitorizar a implementação de políticas e medidas climáticas e avaliar os seus impactos. Isto incluiu a concepção de arranjos institucionais para o Sistema Nacional de Monitoria e Avaliação das Mudanças Climáticas e a prestação de capacitação em transparência climática e avaliação de impacto.

INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA A VIDA SELVAGEM

O Gabinete do Procurador-Geral reviu extensivamente o seu manual sobre investigação e acção penal de crimes contra a vida selvagem, com o apoio da ONU, para divulgação em 2025. O manual servirá como ferramenta de formação para a integração de pessoal e para a capacitação contínua nos próximos anos.

Após uma **grande apreensão de cerca de 5 toneladas de marfim em Março de 2024, interceptada através da Unidade de Controlo Portuário de Maputo, financiada pela ONU**, um laboratório móvel de fiscalização para testar apreensões (PELTS) foi instalado na sede da Agência Nacional de Conservação (ANAC), em cooperação com a TRACE Wildlife Forensics Network. O laboratório permitiu à ANAC processar esta significativa apreensão de vida selvagem de forma oportuna.

APOIO FINANCEIRO E TÉCNICO AO PLANO LOCAL DE ADAPTAÇÃO

Os Planos Locais de Adaptação (PLAs) foram fortalecidos através de assistência técnica e financeira, permitindo que as comunidades se preparassem melhor para os impactos das mudanças climáticas. As principais intervenções incluíram:

- **O desenvolvimento de dois PLAs adicionais beneficiando mais de 64.000 pessoas** nos distritos de Chicualacuala e Massingir.
- Abordagens baseadas em ecossistemas foram integradas em cinco PLAs para a zona da Grande Maputo (Maputo Cidade, Matola, Matutuíne, Marracuene, Boane), para fortalecer a resiliência urbana.



Através do Fundo Global para o Ambiente, o projeto "Rumo à Energia Sustentável para Todos" da UNIDO em Moçambique leva energia solar à produção agrícola em comunidades afectadas por choques climáticos consecutivos.

Foto: ONU Moçambique

INDICADOR DE RESULTADO 3.3:

Organizações governamentais e não governamentais dispõem de ferramentas eficazes e inclusivas para aumentar a produtividade e receitas, através de uma gestão sustentável melhorada do ambiente e dos recursos naturais, resiliência climática e a desastres, assim como cadeias de valor para bens e serviços ambientais e de recursos naturais.

A ONU equipou organizações governamentais e não governamentais com ferramentas eficazes e inclusivas para melhorar a produtividade, aumentar as receitas e promover a gestão sustentável dos recursos ambientais e naturais. A ONU também desempenhou um papel fundamental no apoio à tomada de decisões baseada em dados, na melhoria do acesso a soluções financeiras e energéticas e na expansão de serviços críticos de saúde e resiliência a desastres, particularmente para populações vulneráveis.

RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E SISTEMAS DE AVISO PRÉVIO

Em alinhamento com o EW4All, Moçambique é um dos primeiros países a entrar na fase de implementação do Mecanismo de Financiamento para Observações Sistemáticas (SOFF), que melhorará o sistema de aviso prévio, através de estações meteorológicas novas e modernizadas, tornando os modelos meteorológicos em Moçambique mais fiáveis. Sete avaliações (quatro de ar-superior, duas de estações meteorológicas automáticas e uma de TIC) foram realizadas, durante este ano, assim como várias consultas a nível nacional, regional e comunitário foram realizadas, para orientar o plano de aquisições para 2025. Além disso, na bacia transfronteiriça crítica dos rios Búzi, Púnguè e Save (BuPuSa), foram instaladas cinco estações de monitorização meteorológica e hidrológica, cobrindo as províncias de Sofala e

Manica. Juntas, estas estações irão:

- Aumentar a precisão da previsão meteorológica e a preparação para eventos extremos.
- Apoiar os agricultores com informações climáticas fiáveis, para otimizar a produção agrícola.
- Monitorizar tendências climáticas a longo prazo, para o desenvolvimento de políticas e estratégias de adaptação climática.
- Fortalecer os sistemas de aviso prévio, reduzindo as perdas relacionadas com desastres.

DADOS ESPACIAIS AMBIENTAIS

A ONU apoiou o Governo na implementação de ferramentas que integram dados ambientais na tomada de decisões, fortalecendo as estratégias de planeamento espacial e alinhamento de políticas. Moçambique melhorou a sua tecnologia digital do sector público, como a ferramenta de Gestão do Licenciamento Ambiental. Isto levou a uma maior transparência e melhor incorporação de evidências ao longo do processo de licenciamento e na tomada de decisões.

FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE PARA POPULAÇÕES AFECTADAS POR DESASTRES

Foi dada grande ênfase à integração de serviços de saúde sexual e reprodutiva (SSR) nos esforços de resposta a desastres do Governo, através de clínicas móveis e brigadas móveis. Como resultado destas novas ferramentas, **85.000 mulheres e raparigas tiveram acesso a cuidados de saúde sexual e reprodutiva que salvam vidas, que incluíam planeamento familiar, cuidados pré-natais e pós-natais, tratamento de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e serviços de resposta à violência baseada no**

género (VBG). No geral, a integração de serviços de saúde sexual e reprodutiva durante desastres induzidos pelo clima não só contribuiu para ajudar as populações afectadas a satisfazer as suas necessidades de saúde imediatas, mas também apoiou a resiliência climática a longo prazo, através do seguinte:

1. Melhores resultados de saúde materna e neonatal:
 - **Cuidados obstétricos de emergência foram prestados a mais de 7.900 mulheres**, através de unidades móveis, uma sala de operações contentorizada e um barco ambulância.
 - **70% das mulheres grávidas em campos de PDI receberam serviços de cuidados pré-natais**, através de brigadas móveis de saúde.
2. Melhor protecção e apoio psicossocial:
 - Esforços de extensão comunitária e de capacitação em saúde fortaleceram as vias de referenciação e melhoraram os mecanismos de prevenção e resposta à VBG.
3. Melhor capacidade de preparação e resposta:
 - Foram capacitados 251 prestadores de serviços (incluindo profissionais de saúde, assistentes sociais, pessoal do INGD, trabalhadores comunitários, activistas e CLGRD) de áreas propensas a desastres naturais de Sofala, Nampula, Zambézia e Cabo Delgado, em MISP para SSR e VBG em contextos de emergência.

Além das **clínicas móveis, infra-estruturas de saúde resilientes fornecem serviços essenciais de saúde sexual e reprodutiva a cerca de 92.000 mulheres e raparigas** em locais de reassentamento e comunidades de acolhimento.

INDICADOR DE RESULTADO 3.4:

Ampliadas as vozes e capacidades das pessoas, em particular as de mulheres e jovens e as mais vulneráveis, para participar em sistemas de tomada de decisão e governação públicos e privados para a gestão do ambiente e dos recursos naturais e para a construção de resiliência climática e a desastres.

Em 2024, foram feitos progressos no reforço das vozes e capacidades das mulheres, dos jovens e das populações vulneráveis para participarem activamente nos sistemas de governação e na tomada de decisões relacionadas com a gestão ambiental e de recursos naturais, resiliência climática e preparação para desastres. A ONU apoiou abordagens inclusivas e lideradas pela comunidade que promoveram a liderança, o empoderamento económico e a capacitação institucional.

ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NA PREPARAÇÃO E GESTÃO DE DESASTRES

Esforços para fortalecer a governação local e estruturas participativas de tomada de decisões resultaram na **revitalização e estabelecimento de 24 comités de gestão de risco a nível distrital** e local em Nampula, Sofala e Zambézia – equipando as comunidades locais com ferramentas para melhorar a preparação para desastres. Isto incluiu a expansão de sistemas de aviso prévio baseados na comunidade, melhorando a preparação para eventos climáticos extremos. Além disso, foram estabelecidos comités de emergência escolar como parte do plano de preparação para emergências nas escolas, garantindo que alunos e professores são participantes activos nos esforços de redução do risco de desastres.

Adicionalmente, foram criados 28 comités locais, resultantes da colaboração entre a comunidade e o município, para monitorizar a deposição de lixo e a aplicação de códigos de saneamento e higiene, tendo sido igualmente formados em limpeza dos sistemas de drenagem. Os comités foram apoiados na elaboração de regulamentos comunitários para garantir, entre outros, que a drenagem é protegida contra descargas indiscriminadas e danos indiscriminados e é limpa, especialmente antes da estação chuvosa.

Além disso, funcionários municipais, comunidades e partes interessadas locais planearam e implementaram com sucesso subprojectos prioritários para aumentar a resiliência climática nas suas cidades, ao mesmo tempo que desenvolviam capacidade na gestão e manutenção das infra-estruturas. Dentro deste quadro, a equidade e a justiça de género foram activamente promovidas a nível da cidade, através do envolvimento significativo das mulheres na concepção e implementação destas iniciativas. Como resultado, foi criado um ambiente propício que reconhece o papel das mulheres e promove o seu empoderamento.

PARTICIPAÇÃO D A COMUNIDADE EM INFRA-ESTRUTURAS E AGRICULTURA RESILIENTES AO CLIMA

Para promover ainda mais a participação na adaptação climática, **os conselhos consultivos locais envolveram mais de 1.000 pessoas na selecção de 86 projectos de infra-estruturas adaptativas ao clima, beneficiando mais de 524.000 pessoas** e garantindo que as vozes locais orientassem a priorização e construção de centros de saúde, enfermarias de maternidade, escolas, sistemas de abastecimento de água, estradas e pontes em 40 distritos diferentes, em todo o país. Além disso, 26 comunidades foram formadas sobre o uso de materiais locais como bambu, madeira, barro e pedra para construir infra-estruturas resilientes em zona sensíveis.

73 funcionários públicos e mais de 18.547 pequenos agricultores nas províncias de Tete e Sofala foram formados em Serviços Climáticos Integrados Participativos para a Agricultura (PICSA). Esta é uma abordagem que envolve os agricultores em novas oportunidades orientadas para o mercado, ao mesmo tempo que gere os riscos relacionados com a variabilidade climática. Complementarmente a isto, **mais de 22.000 pequenos agricultores receberam formação em agrofloresta e insumos e distribuição de sementes resilientes ao clima.** Isto colmata a lacuna entre o conhecimento nacional e local, capacitando os agricultores com as ferramentas e o conhecimento para se adaptarem aos desafios climáticos e melhorarem o uso sustentável de práticas de gestão da terra, promovendo a sustentabilidade ambiental a longo prazo.

DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Principais Desafios:

- Esforços para fortalecer a resiliência climática e a sustentabilidade ambiental enfrentaram múltiplos desafios, incluindo o financiamento inadequado para iniciativas de adaptação climática, o que atrasou a implementação de soluções sustentáveis.
- A fraca aplicação de leis e políticas ambientais limitou o progresso na gestão sustentável de recursos, enquanto as comunidades deslocadas foram muitas vezes excluídas da planificação da adaptação climática e resiliência a desastres.
- Outro desafio fundamental é passar o Roteiro EW4All da planificação para implementação. Isto requer um forte apoio de todas as partes interessadas, incluindo o Governo e parceiros de desenvolvimento, para garantir uma acção coordenada e um progresso sustentado.
- A falta de capacidade institucional a nível distrital dificultou a implementação de planos

de preparação para desastres e a fraca coordenação entre os órgãos de governação nacional e local criou ineficiências nos esforços de adaptação climática.

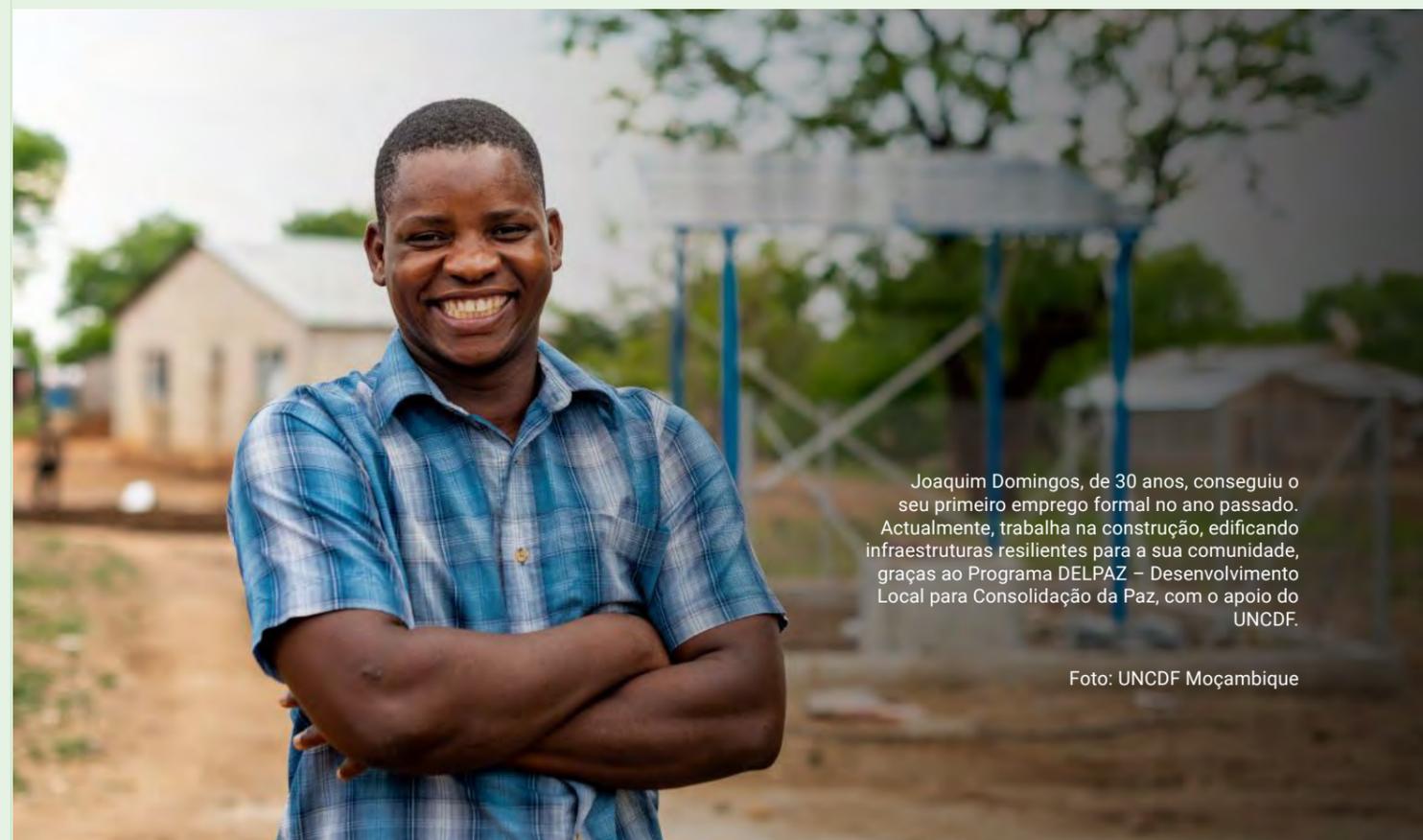
- A insuficiência de dados para a avaliação do risco climático dificultou apoio à tomada de decisões baseada em evidências.

Lições aprendidas:

- A integração do risco climático e de estratégias de adaptação nas políticas nacionais aumenta a resiliência a longo prazo.
- O fortalecimento dos sistemas de aviso prévio, da infra-estrutura de preparação para desastres e a incorporação de medidas adaptativas para aumentar a resiliência das infra-estruturas reduziram significativamente a vulnerabilidade aos choques climáticos.
- Abordagens lideradas pela comunidade para a gestão de recursos naturais demonstraram

eficácia na melhoria da sustentabilidade e resiliência ambientais.

- A expansão do acesso a serviços financeiros para pequenos agricultores e empresas locais promoveu práticas sustentáveis, enquanto a capacitação de governos locais e estruturas de governação descentralizadas melhorou a implementação de estratégias de redução do risco de desastres e climático.
- A inclusão das comunidades locais nas iniciativas de resiliência climática é essencial, uma vez que promove um sentimento de apropriação e assegura que as intervenções sejam contextualmente relevantes e sustentáveis.
- A participação da comunidade aumenta a eficácia dos esforços de reforço da resiliência ao incorporar os conhecimentos, as prioridades e os mecanismos tradicionais de protecção locais.



Joaquim Domingos, de 30 anos, conseguiu o seu primeiro emprego formal no ano passado. Actualmente, trabalha na construção, edificando infraestruturas resilientes para a sua comunidade, graças ao Programa DELPAZ – Desenvolvimento Local para Consolidação da Paz, com o apoio do UNCDF.

Foto: UNCDF Moçambique



PRIORIDADE ESTRATÉGICA 4 CONSOLIDAÇÃO DA PAZ, DIREITOS HUMANOS E GOVERNAÇÃO INCLUSIVA

História humana

Manuel*, antigo combatente da RENAMO, aperta a mão a um vizinho (UNCDF Moçambique)

Desenvolvimento local para a consolidação da paz

Desde jovem, Manuel* lutou pela Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e viveu numa das suas bases na Serra da Gorongosa. Aí, era conhecido como Periquito*. Na base, foi treinado, pegou em armas e trabalhou no terreno com os seus colegas soldados. Agora, 43 anos depois, é um dos milhares de antigos combatentes da RENAMO que participam no processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), no âmbito do apoio ao Acordo de Maputo para a Paz e Reconciliação Nacional de 2019.

Periquito* regressou ao seu local de origem, contribuindo para o desenvolvimento da sua comunidade através da sua participação no conselho consultivo local do seu distrito natal de Machanga, na província de Sofala. No âmbito do seu novo papel como membro do conselho consultivo local, Periquito*, juntamente com os seus pares, discute as prioridades locais da

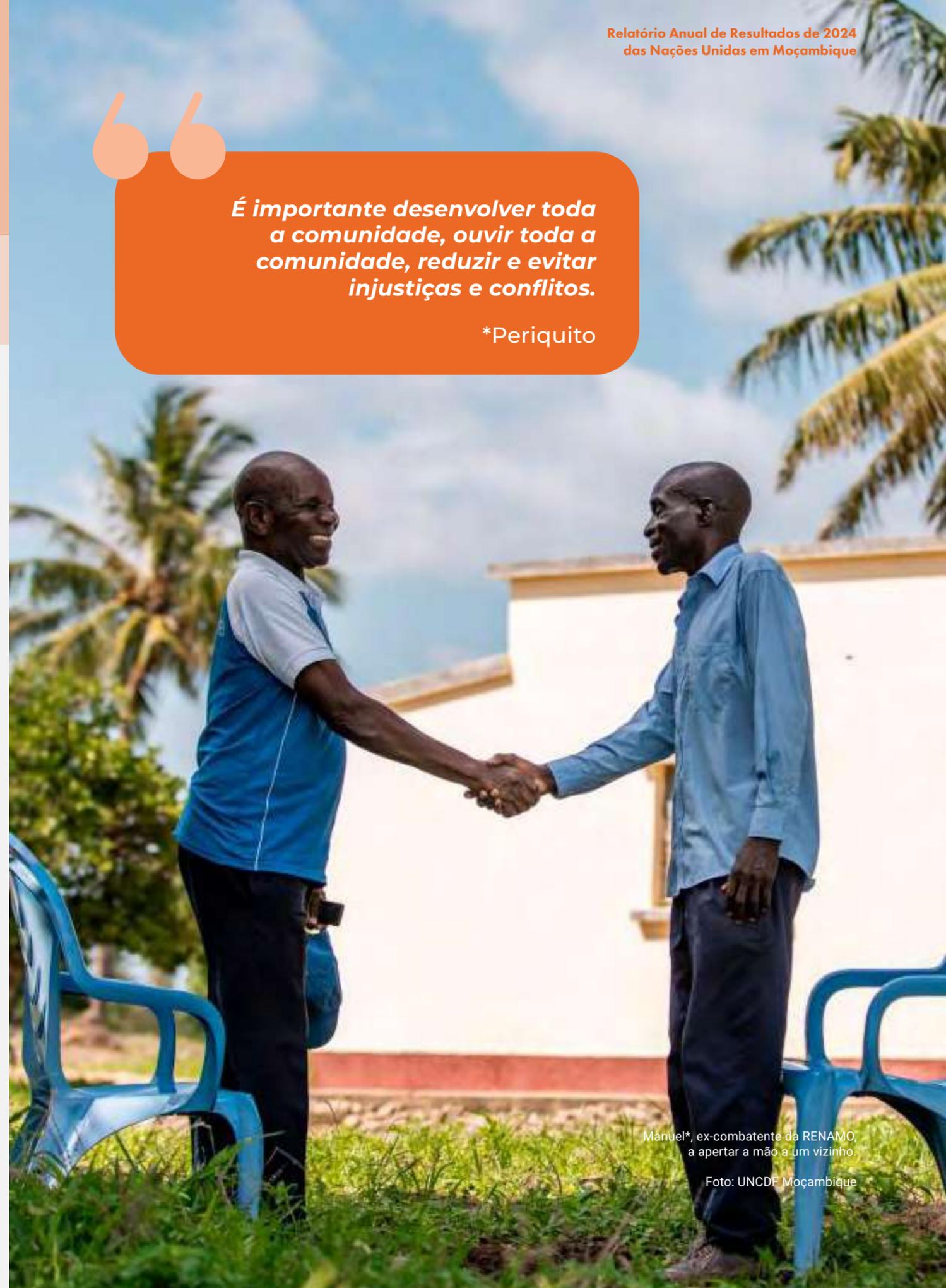
comunidade. “Primeiro, votei nos furos de água, depois nos kits de sementes, depois no mercado de peixe e nas infraestruturas de ancoragem de embarcações para pescadores”, diz Periquito*.

Através do programa “Desenvolvimento Local para a Consolidação da Paz (DELPAZ)”, implementado pelo Governo de Moçambique com a assistência técnica do UNCDF e financiado pela União Europeia, o desenvolvimento local desempenha um papel fundamental na consolidação da paz em Moçambique. Para Periquito “a paz é uma coisa difícil de manter, ela depende de nós”. Com o desenvolvimento local, acredita que a paz tem actualmente mais hipóteses de sucesso. “É importante desenvolver toda a comunidade, ouvir toda a comunidade, reduzir e evitar injustiças e conflitos”, afirma.

*O nome foi alterado

“É importante desenvolver toda a comunidade, ouvir toda a comunidade, reduzir e evitar injustiças e conflitos.”

*Periquito



Manuel*, ex-combatente da RENAMO, a apertar a mão a um vizinho.

Foto: UNCDF Moçambique

Josefina, de 78 anos, é uma das muitas pessoas deslocadas internamente devido ao agravamento da violência no norte de Moçambique. Ela e o seu marido idoso estão agora acolhidos pelo filho na cidade de Pemba.

Foto: ONU Moçambique / Helvisney Cardoso

Agências, Fundos e Programas Contribuidores



RESULTADO

Até 2026, mais pessoas, especialmente as mais vulneráveis e marginalizadas, estão protegidas, usufruem dos seus direitos e beneficiam de um ambiente seguro e pacífico, proporcionado por sistemas de governação inclusivos e por instituições independentes e responsáveis que respeitam o Estado de direito.



RECURSOS DISPONÍVEIS 2022-2026

\$295M

DESPESAS 2022-2026

\$221M

INDICADORES DE RESULTADOS	TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEIS	TOTAL DE DESPESAS
4.1	\$207.679.542,00	\$160.617.866,00
4.2	\$79.665.156,00	\$55.388.919,00
4.3	\$8.405.374,00	\$5.485.836,00
Total Geral	\$295.750.072,00	\$221.492.621,00

RESULTADOS PROGRAMÁTICOS

REALIZAÇÃO 4.1: Mais pessoas, especialmente as mais vulneráveis e marginalizadas e as afectadas por conflitos, capacitadas para participar activamente e liderar iniciativas de prevenção de conflitos, estabilização liderada pela comunidade, coesão social, consolidação da paz e recuperação.

Em 2024, a ONU apoiou o empoderamento das populações vulneráveis, especialmente as mulheres, jovens, refugiados e deslocados internos, para actuarem activamente na prevenção de conflitos, consolidação da paz e iniciativas de recuperação. A organização desempenhou um papel fundamental na promoção da coesão social, fortalecimento da governação local e melhoria da protecção de pessoas afectadas por conflitos e deslocamentos.

FORTELECIMENTO DA PREVENÇÃO DE CONFLITO E DA COESÃO SOCIAL LIDERADAS PELA COMUNIDADE

Os esforços que visam a coesão social e estabilização lideradas pela comunidade alcançaram mais de 48.000 indivíduos (incluindo deslocados internos e comunidades de acolhimento) através de apoio aos meios de subsistência, educação cívica e actividades de envolvimento cultural. A criação ou revitalização de 20 comités de protecção à criança e de consolidação da paz aumentou o número para um total para 55, consolidando abordagens comunitárias de consolidação da paz.

O diálogo com líderes comunitários e jovens promoveu a coexistência pacífica em acampamentos de refugiados e deslocados internos, com mais de 13.000 pessoas envolvidas

activamente na planificação e avaliações participativas. Além disso, mais de **158.000 deslocados internos beneficiaram de serviços de protecção integrados**, incluindo prevenção da VBG, apoio psicossocial e assistência jurídica.

A ONU fortaleceu os mecanismos de localização e reunificação familiar para as crianças raptadas ou separadas, oferecendo cuidados alternativos quando necessário. Além disso, **649 crianças associadas a grupos armados (CAAFAG) receberam serviços de reintegração**, incluindo apoio psicossocial e educação. Em parceria com o Ministério da Defesa, a ONU formou 1.200 soldados na prevenção de violações graves e na protecção dos direitos da criança em operações militares.

As mulheres tiveram um papel central na prevenção de conflitos, com **812 mulheres e jovens a liderarem iniciativas de consolidação da paz e de recuperação a nível comunitário**. Uma rede de 240 "Sentinelas da Paz" emitiu avisos prévios, apoiou sobreviventes de violência e criou 55 espaços seguros de apoio mútuo. Campanhas de sensibilização lideradas por mulheres alcançaram cerca de 5,6 milhões de pessoas, promovendo a participação política, igualdade de género e consolidação da paz.

MELHORIA NO ACESSO AO REGISTO E IDENTIFICAÇÃO CIVIL

O acesso à identificação civil foi expandido, com o registo de 803.000 nascimentos através de postos de registo civil em unidades de saúde e brigadas móveis. Em regiões afectadas por conflitos, esforços específicos asseguraram que 197.814 refugiados, requerentes de asilo, repatriados, deslocados internos e comunidades de acolhimento recebessem documentos de identificação, apoiando o seu acesso a serviços e direitos fundamentais.

REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO NA GOVERNAÇÃO LOCAL E NA TOMADA DE DECISÕES

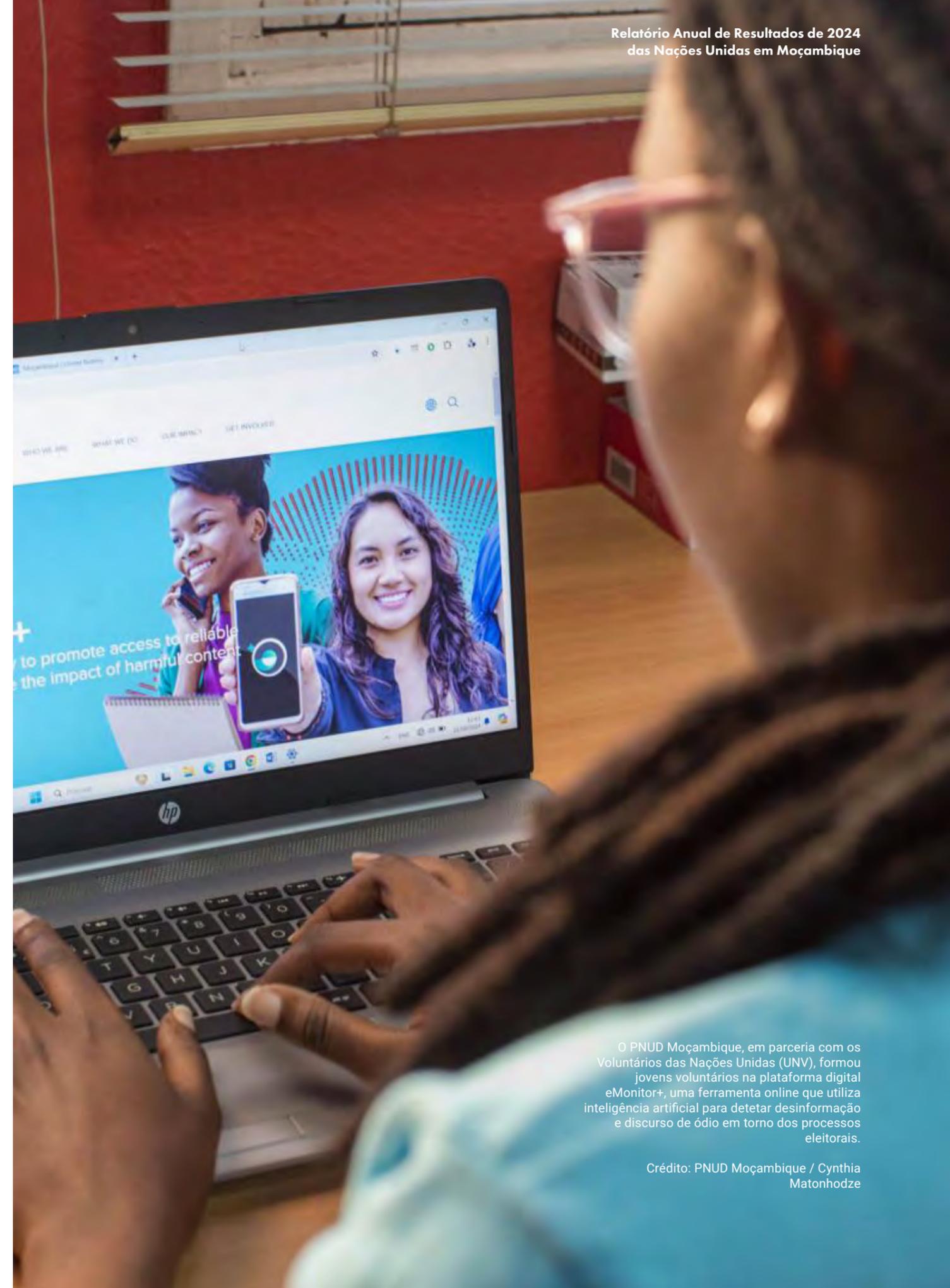
As estruturas de governação local foram reforçadas através da inclusão de representantes da comunidade nos processos de tomada de decisão em 14 distritos anteriormente afectados por conflitos na região centro de Moçambique. **Mais de 715 membros de conselhos locais e funcionários públicos participaram activamente em fóruns de governação**, garantindo que as prioridades da comunidade fossem reflectidas nos planos de desenvolvimento local, como parte do apoio da ONU ao Acordo de Maputo para a Paz e Reconciliação Nacional de 2019 entre o Governo de Moçambique e RENAMO.

Os líderes religiosos também desempenharam um papel fundamental na promoção da paz e da coesão social. **195 líderes religiosos estiveram envolvidos em iniciativas de prevenção da violência contra crianças e da VBG**, contribuindo para campanhas de sensibilização e esforços de mobilização da comunidade.

COMBATE DA VBG, PROTECÇÃO À CRIANÇA E TRÁFICO HUMANO

Para melhorar a prevenção e a resposta à VBG, **foram formados 120 activistas e pontos focais de protecção em Cabo Delgado**, alcançando mais de 120.000 membros da comunidade com actividades de sensibilização. As intervenções baseadas na comunidade também contribuíram para a prevenção do trabalho infantil, tráfico e trabalho forçado, beneficiando 1.400 indivíduos, incluindo crianças e encarregados de educação que receberam serviços de protecção à criança.

Além disso, os esforços direccionados para o combate ao tráfico de seres humanos incluíram campanhas de sensibilização do público nas zonas de trânsito e mercados, atingindo mais de 500 pessoas em locais de alto risco.



O PNUD Moçambique, em parceria com os Voluntários das Nações Unidas (UNV), formou jovens voluntários na plataforma digital eMonitor+, uma ferramenta online que utiliza inteligência artificial para detetar desinformação e discurso de ódio em torno dos processos eleitorais.

Crédito: PNUD Moçambique / Cynthia Matonhodze



“Antes, os jovens de diferentes partidos tinham dificuldade em conviver pacificamente; víamo-nos como inimigos, e não como adversários políticos. Mas com o fórum, aprendemos a viver juntos e tornámo-nos amigos”.

– Rosa (à direita), estudante e membro da liga juvenil de um partido político nacional. O grupo é um dos muitos apoiados pelo PNUD antes, durante e após as eleições de outubro de 2024.

Foto: PNUD / Cynthia Matonhodze

Os programas de formação equiparam os funcionários das fronteiras e os trabalhadores da linha da frente com ferramentas para detectar e prevenir o tráfico.

MEIOS DE SUBSISTÊNCIA RESILIENTES E EMPODERAMENTO ECONÓMICO

As iniciativas de empoderamento económico apoiaram os meios de subsistência das populações vulneráveis, proporcionando acesso a serviços financeiros, formação profissional e actividades de geração de rendimento. Em Cabo Delgado e Nampula, 519 mulheres deslocadas internamente receberam subvenções para negócios no âmbito de um Programa de Participação das Mulheres, reforçando a sua resiliência económica. Além disso, **22.500 pequenos agricultores foram apoiados com pacotes de gestão de riscos climáticos** para aumentar a segurança alimentar e resiliência.

INDICADOR DE RESULTADO 4.2: Instituições do Estado e órgãos de governação descentralizados com capacidades e políticas reforçadas para alinhamento com padrões nacionais, regionais e internacionais, a fim de garantir uma governação baseada em direitos, transformadora de género, transparente e responsável.

O apoio da ONU foi notório no fortalecimento da capacidade das instituições do Estado e dos órgãos de governação descentralizados para se alinharem com os padrões nacionais, regionais e internacionais de governação inclusiva e responsável, assim como padrões internacionais de direitos humanos. A ONU desempenhou um papel fundamental no apoio

às reformas institucionais, no fortalecimento da administração pública e promoção de abordagens à governação baseadas nos direitos humanos, com especial destaque para a igualdade de género, descentralização e protecção das populações vulneráveis.

CAPACITAÇÃO SOBRE GOVERNAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

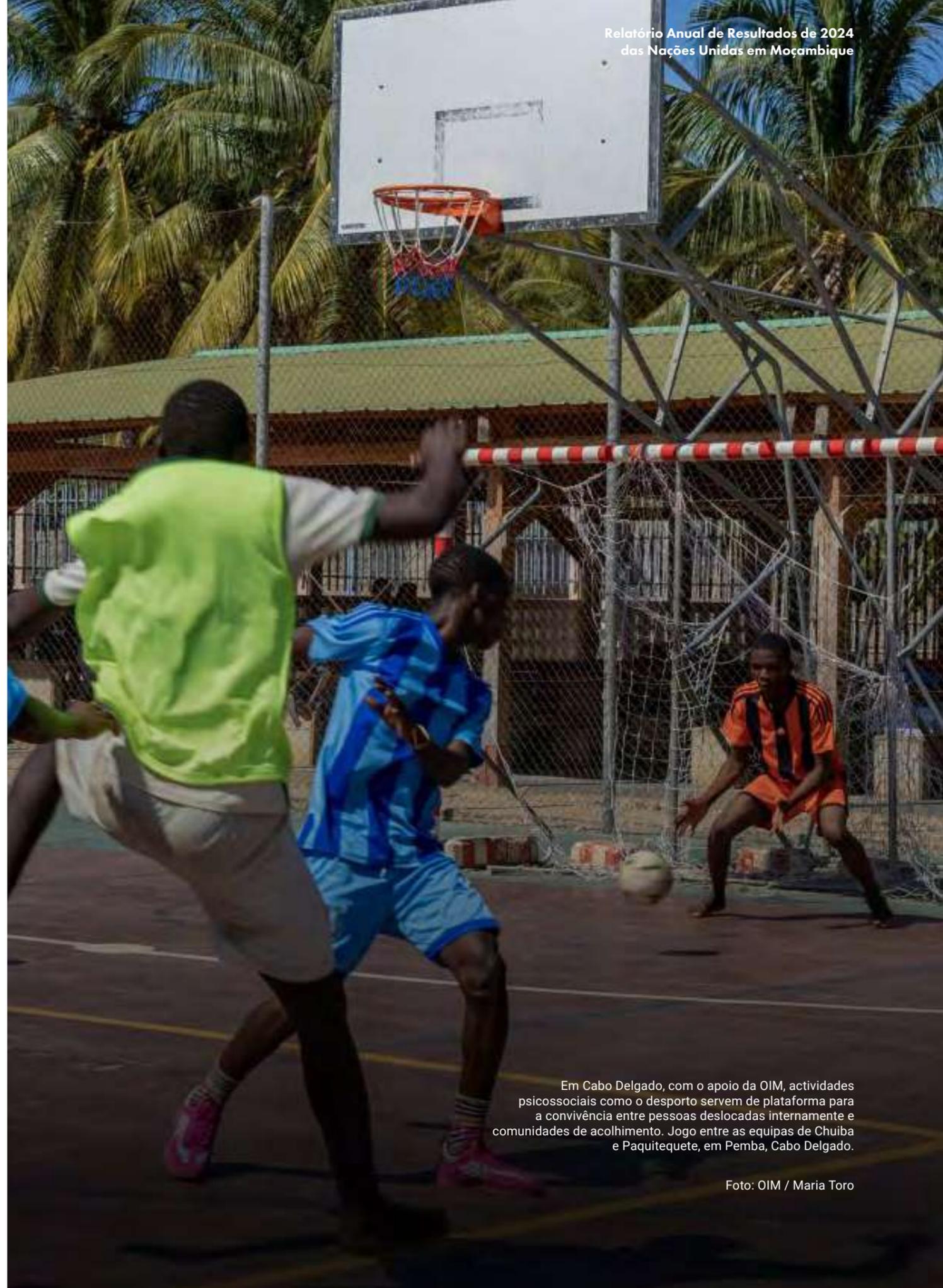
Uma vasta gama de programas de formação e iniciativas de assistência técnica fortaleceram a capacidade das instituições governamentais de prestar serviços de forma transparente e em conformidade com os princípios e padrões dos direitos humanos. As principais realizações incluíram:

- **Formação de 216 membros do mecanismo multi-sectorial em Cabo Delgado** sobre a gestão de casos de VBG, reforçando a capacidade institucional de abordar a VBG nas zonas afectadas por crises.
- **249 militares, incluindo pontos focais de género, jornalistas militares e tropas, receberam formação** sobre Mulheres, Paz e Segurança (MPS), VBG e igualdade de género.
- 95 funcionários de instituições do Estado chave (Ministério do Género, Criança e Acção Social, Polícia da República de Moçambique e Serviço Nacional de Investigação) foram formados em monitoria e aplicação de quadros como a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) e o Plano Nacional de Acção sobre o Albinismo.
- 52 funcionários públicos receberam formação em gestão baseada em resultados para aumentar a eficiência da planificação e prestação de serviços.

- **715 funcionários da administração local e membros de conselhos em 14 distritos foram envolvidos** em processos de tomada de decisão através do Programa de Desenvolvimento Local para a Consolidação da Paz.
- **Mais de 700 membros das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) participaram pela primeira vez em diálogos** de reflexão sobre igualdade de género, masculinidades, violência sexual e papel das forças armadas na prevenção.
- Apoio ao Gabinete de Gestão de Activos na administração eficaz dos bens apreendidos provenientes do crime, desestruturando as bases financeiras das organizações criminosas e reorientando esses bens para receitas sustentáveis destinadas aos serviços públicos. Como resultado, o Gabinete gera 1 milhão de dólares por ano através do leilão e do aluguer de bens confiscados. Além disso, o reaproveitamento de bens resultou numa poupança mensal estimada de 6 milhões de dólares para o Estado, com potencial para um maior crescimento. Em 2024, com o apoio da ONU, foi lançado um portal em linha específico, que funciona como uma ferramenta de rastreamento em tempo real que fornece informações sobre o destino e utilização destes bens.
- **Formação em matéria de direitos humanos para 407 agentes da polícia** (286 homens e 121 mulheres) e 230 militares (183 homens e 47), nomeadamente sobre os padrões aplicáveis no contexto de eleições e do conflito no Norte.
- Formação inicial para os membros e pessoal da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), a fim de reforçar o seu papel na promoção e protecção dos direitos humanos, nomeadamente através do controlo dos direitos humanos.
- Apoio ao IPAJ na resolução de casos de detenção em Cabo Delgado, o que facilitou a prestação de assistência jurídica a 149 pessoas detidas.
- Reforço das capacidades dos defensores públicos para reforçar a aplicação das normas em matéria de direitos humanos na administração da justiça.
- **Formação alargada em matéria de luta contra o terrorismo e extremismo violento, incluindo 64 sessões de formação destinadas aos actores do sector da justiça** sobre a repressão, reabilitação e reintegração de indivíduos associados ao terrorismo, em conformidade com os princípios do Estado de direito e padrões internacionais sobre direitos humanos, que conduziram à primeira condenação por financiamento do terrorismo e à abertura de vários processos relativos a este tipo de crime. Este facto revela uma maior atenção à componente financeira do fenómeno.
- O Plano Estratégico 2024-2034 do Serviço Nacional de Prisões, desenvolvido com o apoio da ONU, foi lançado em Julho de 2024 e serve de modelo para a reabilitação de reclusos, incluindo os associados ao terrorismo.

PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DO ESTADO DE DIREITO

Sessões de formação e workshops específicos reforçaram a capacidade do sistema judicial de defender os direitos humanos, em especial nos domínios da aplicação da lei e da justiça. Estas acções incluíram:



Em Cabo Delgado, com o apoio da OIM, actividades psicossociais como o desporto servem de plataforma para a convivência entre pessoas deslocadas internamente e comunidades de acolhimento. Jogo entre as equipas de Chuiba e Paquitequete, em Pemba, Cabo Delgado.

Foto: OIM / Maria Toro

- Apoio técnico à Comissão Interministerial dos Direitos do Homem e do Direito Internacional Humanitário para colaborar com os mecanismos de direitos humanos, nomeadamente através da apresentação de relatórios dos estados, a que se seguiu a apresentação do Relatório de Estados sobre a Carta Africana em Julho de 2024.
- Apoio técnico ao Ministério da Justiça que levou a progressos significativos no sentido da adopção de um Plano de Acção Nacional sobre Empresas e Direitos Humanos como principal instrumento político para a aplicação dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGP) a nível nacional.

DESCENTRALIZAÇÃO E REFORMA DA GOVERNAÇÃO LOCAL

As reformas institucionais a nível local visavam reforçar as estruturas de governação e aumentar a participação dos cidadãos. Os principais esforços incluíram:

- **Apoio à operacionalização dos Observatórios Provinciais de Desenvolvimento (ODPs)** em Sofala, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado, melhorando os mecanismos institucionalizados de participação pública.
- Estabelecimento de mesas redondas para a participação de crianças e adolescentes em Sofala, Nampula e Zambézia para garantir que as vozes dos jovens sejam reflectidas nas discussões políticas.
- Apoio à formalização da localidade de Naburi, em Nampula, como posto administrativo, avançando a governação descentralizada e estratégias de integração local.

REFORÇO DA IGUALDADE DE GÉNERO NA GOVERNAÇÃO

Foram dados passos significativos na promoção de uma governação sensível ao género, incluindo:

- Finalização da avaliação do primeiro Plano de Acção Nacional sobre Mulheres, Paz e Segurança (2018-2022) e desenvolvimento do plano de segunda geração (2025-2029) através de consultas envolvendo 1,900 partes interessadas em todas as 11 províncias.
- Organização de dois retiros técnicos com vários actores em Maputo para validar as constatações, definir acções prioritárias e promover a prestação de contas na governação sensível ao género.
- Realização de um workshop de validação nacional com 100 participantes para finalizar o segundo Plano de Acção Nacional sobre Mulheres, Paz e Segurança.
- Reforço das capacidades de 45 prestadores de serviços de VBG na província de Gaza, com vista a envolver os líderes comunitários no fortalecimento dos mecanismos de prevenção e resposta à VBG.
- Promoção da transparência e prestação de contas na administração pública
- Foram envidados esforços para melhorar a transparência orçamental e boa governação:
- Divulgação dos resultados do Inquérito sobre o Orçamento Aberto de Moçambique 2023, envolvendo as principais partes interessadas, o Ministério da Economia e Finanças, Tribunal Administrativo e Assembleia Nacional.

- Apoio à actualização do Plano de Acção Nacional para uma Governação Transparente e Responsável, melhorando a gestão das finanças públicas e prestação de contas.

INDICADOR DE RESULTADO 4.3: Comunidades, organizações da sociedade civil, incluindo as lideradas por mulheres e jovens, sector privado e órgãos de supervisão possuem capacidades reforçadas para participar e monitorar processos de governação inclusivos, particularmente nas áreas afectadas por conflitos e desastres.

Foram realizados progressos significativos no fortalecimento das capacidades das comunidades, organizações da sociedade civil (OSC), organismos de supervisão e actores do sector privado para participarem activamente nos processos de governação, em especial nas zonas afectadas por conflitos e propensas a desastres. A ONU desempenhou um papel fundamental no reforço do controlo dos direitos humanos, promoção da responsabilidade social e melhoria da capacidade de resposta dos sistemas de governação às necessidades das populações vulneráveis.

FORTELECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Os esforços para fortalecer as capacidades das OSC e dos líderes comunitários em matéria de governação, direitos humanos e consolidação da paz alcançaram principais partes interessadas em várias províncias.

- Cinco organizações da sociedade civil receberam formação para monitorar e apresentar relatórios sobre processos de governação e direitos

humanos em Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Zambézia, reforçando os mecanismos locais de protecção e prestação de contas.

- **33 indivíduos, incluindo 15 mulheres defensoras dos direitos humanos e 10 líderes comunitários, receberam formação em negociação,** mediação e resolução de conflitos, dotando-os de ferramentas para promover a coesão social.
- **320 pessoas, incluindo 34 agentes da lei e ordem e 286 membros da comunidade, receberam formação sobre policiamento comunitário,** género e liderança, a fim de reforçar a colaboração entre as autoridades e comunidades locais.

Além disso, a interacção com 1,900 indivíduos, incluindo mais de 1,100 mulheres, moldou o segundo Plano de Acção Nacional sobre Mulheres, Paz e Segurança (2025-2029), assegurando que as vozes da sociedade civil fossem reflectidas nas políticas nacionais.

REFORÇO DO CONTROLO DOS DIREITOS HUMANOS E SUPERVISÃO ELEITORAL

Para reforçar o controlo dos direitos humanos, protecção jurídica e supervisão eleitoral, as principais intervenções incluíram:

- Formação em direitos humanos para 169 participantes, incluindo funcionários públicos e líderes locais, sobre princípios de protecção internacional e mecanismos de prestação de contas em contextos de deslocamento.
- Monitoria dos direitos humanos no contexto das eleições, com apoio às OSC em Cabo Delgado e Maputo para monitorar e abordar as preocupações relativas aos direitos humanos neste contexto.

- Capacitação da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) e do Fórum Moçambicano das Associações de Pessoas com Deficiência (FAMOD) para garantir a participação inclusiva e protecção das comunidades marginalizadas nos processos de governação.
- Sessões de formação para jornalistas em Maputo, Nampula e Sofala sobre a ética da comunicação social durante as eleições, reforçando a liberdade de imprensa e jornalismo responsável na governação.

MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO E PROTECÇÃO SENSÍVEIS AO GÉNERO

Foi dada prioridade aos esforços baseados na comunidade para prevenir a VBG e reforçar a liderança das mulheres na governação, com realizações notáveis, incluindo:

- 249 pontos focais de género, jornalistas militares e tropas receberam formação sobre Mulheres, Paz e Segurança, prevenção de VBG e o papel dos meios de comunicação social na defesa do género.
- **1.526 membros da comunidade receberam formação sobre prevenção e resposta à VBG**, reforçando os mecanismos de protecção local em comunidades afectadas por desastres e conflitos.
- Mediação de 23 casos de conflito, incluindo casos de VBG, violência económica e exploração sexual, por mulheres líderes com formação em resolução de conflitos.

MELHORIA DA PROTECÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DAS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Para reforçar a protecção dos refugiados, requerentes de asilo e deslocados internos, as principais iniciativas de fortalecimento de capacidades incluíram:

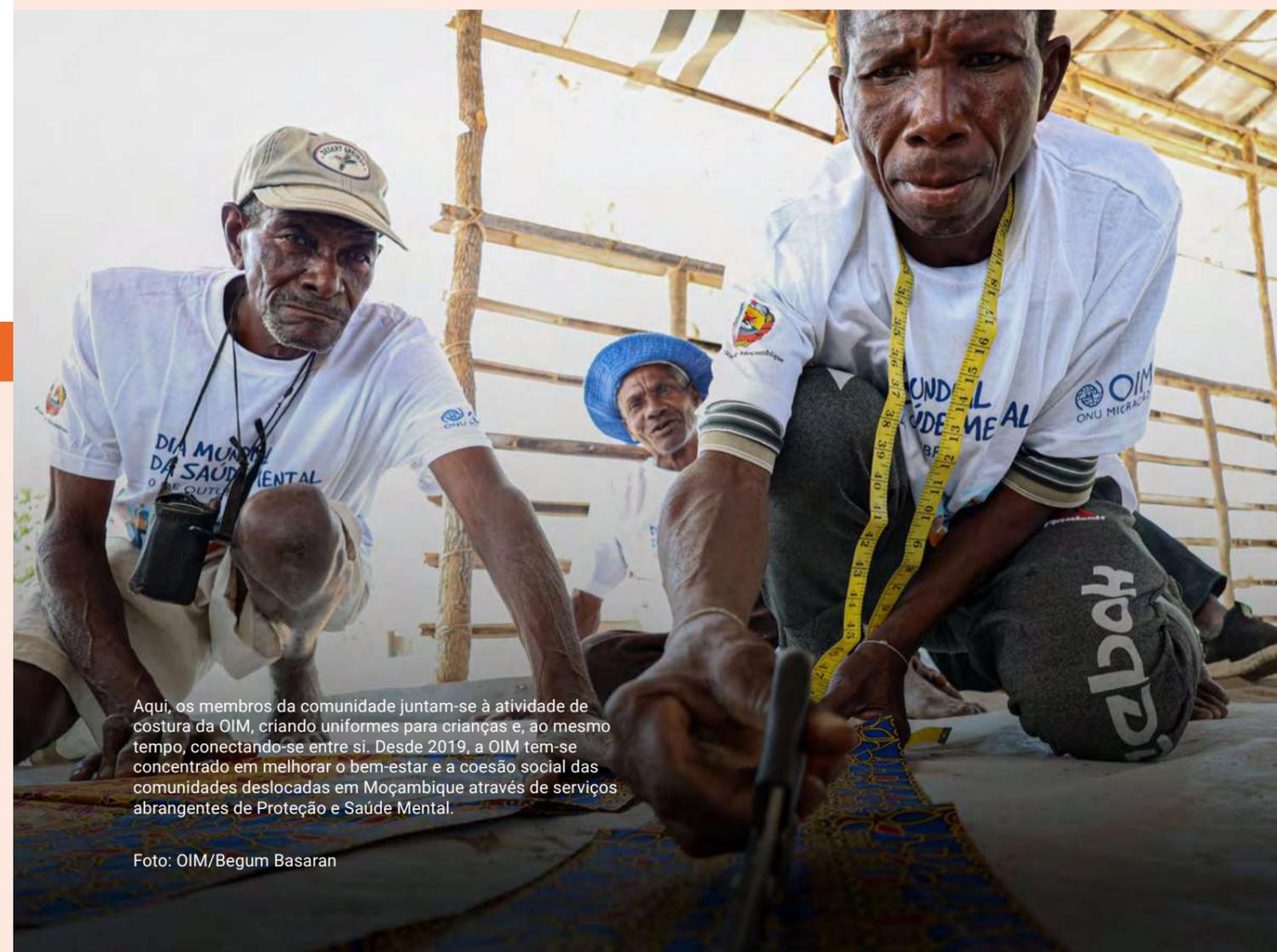
- 40 funcionários da imigração e polícia receberam formação sobre protecção dos refugiados e mecanismos de coordenação.
- Advocacia junto da Comissão da Lei da Terra, assegurando que os direitos dos refugiados e deslocados internos fossem incluídos nos debates sobre os direitos à terra e quadros jurídicos.
- Envolvimento com 27 representantes do governo em Pemba no combate ao tráfico de seres humanos, assegurando quadros de protecção mais fortes para indivíduos em risco.
- Advocacia e aconselhamento técnico sobre a lei relativa à promoção e protecção dos direitos das pessoas com deficiência, que foi adoptada em Abril de 2024.

DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

O fortalecimento da governação, coesão social e consolidação da paz permanece um desafio complexo, fortemente influenciado pela persistência dos riscos de segurança. Estes factores têm comprometido a eficácia dos processos de estabilização e consolidação da paz liderados pela comunidade. O acesso limitado à justiça e assistência jurídica continua a ser uma barreira significativa para as populações afectadas pelos conflitos, em especial para mulheres e grupos marginalizados. Além disso, os constrangimentos burocráticos e escassez de recursos financeiros retardaram

a implementação de reformas de governação. Iguamente a capacidade limitada das instituições compromete a resposta eficaz VBG, particularmente em contextos de conflito. Simultaneamente, a restrição do espaço cívico e os desafios financeiros têm limitado o papel activo das OSC, restringindo a sua participação nos processos de governação e impedindo a mobilização social para mudanças estruturais. A aplicação inconsistente dos quadros normativos de direitos humanos, aliada à deterioração da protecção destes direitos no período pós-eleitoral, tem fragilizado a confiança nas instituições de justiça e segurança, o que tem dificultado o estabelecimento de um diálogo inclusivo sobre os desafios da paz, governação e desenvolvimento sustentável.

As lições aprendidas destacam que o envolvimento da comunidade em iniciativas de consolidação da paz fortalece a coesão social e resiliência nas zonas afectadas por conflitos. Os esforços de resolução e mediação de conflitos liderados por mulheres demonstraram melhorar os resultados em termos de protecção e reforçar a segurança comunitária. A descentralização das estruturas de governança contribuiu para aumentar a transparência, prestação de contas e participação pública nos processos de tomada de decisão. Os esforços para fortalecer o sistema nacional de protecção dos direitos humanos e ampliar o espaço cívico continuam a ser fundamentais para enfrentar os desafios persistentes.



Aqui, os membros da comunidade juntam-se à atividade de costura da OIM, criando uniformes para crianças e, ao mesmo tempo, conectando-se entre si. Desde 2019, a OIM tem-se concentrado em melhorar o bem-estar e a coesão social das comunidades deslocadas em Moçambique através de serviços abrangentes de Protecção e Saúde Mental.

Foto: OIM/Begum Basaran

Promoção de soluções para pessoas deslocadas

Em 2024, a ONU e seus parceiros apoiaram Moçambique na tomada de medidas importantes para soluções duradouras para deslocados internos. O apoio directo ao Governo resultou na aprovação do Plano de Acção da Política e Estratégia para a Gestão de Deslocados Internos em Dezembro de 2024, que define as acções prioritárias para os próximos cinco anos para prevenir, responder e apoiar as populações deslocadas na obtenção de soluções. O plano destina-se especificamente aos deslocados internos no seu percurso para encontrar soluções, através da mobilização de esforços e recursos multi-sectoriais para fazer face às vulnerabilidades associadas ao seu deslocamento.

Os esforços colectivos para recolher, analisar e utilizar dados para apoiar os deslocados internos na obtenção de soluções têm sido uma colaboração intensa, com a ONU a fortalecer a capacidade do governo na gestão de dados. As discussões conjuntas, impulsionadas pelo DSID, focaram-se na definição de indicadores críticos para medir o progresso. Um princípio central tem sido a inclusão dos deslocados internos na tomada de decisões, através de consultas comunitárias que integram as suas perspectivas nos processos de planificação.

2.3. APOIO ÀS PARCERIAS E AO FINANCIAMENTO DA AGENDA 2030

A ONU em 2024 reforçou a coordenação, reunindo diversos parceiros - governo, sociedade civil, universidades e sector privado - e co-presidiu vários grupos de trabalho no âmbito da Plataforma de Parceiros de Desenvolvimento. Estes centraram-se em áreas-chave como a agricultura, a educação, o género, entre outras. Foi formado um novo Grupo de Trabalho do Norte de Moçambique (GT-N) para coordenar os esforços nas Províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa. O seu objectivo é fazer a transição da ajuda de emergência para a estabilização e o desenvolvimento, melhorar a eficiência e o diálogo político e apoiar a consolidação da paz a longo prazo. O grupo envolve agências da ONU e trabalha em estreita colaboração com estruturas governamentais como a ADIN.

Na implementação do Quadro de Cooperação, e com o apoio dos principais Parceiros de Desenvolvimento, e com o objectivo de alcançar

resultados catalíticos de desenvolvimento através do aproveitamento das suas vantagens comparativas, a ONU em Moçambique está a implementar 18 Programas Conjuntos como se segue:

1. Protecção social sensível a choques para preparação para desastres
2. Melhoria das condições de aprendizagem de crianças e adolescentes vulneráveis, assegurando maior acesso a refeições nutritivas, promoção da higiene e apoio psicossocial nas escolas
3. Implementação do Pacote de Trabalho dos Serviços Sociais para as Actividades da Componente 1 do Projecto de Recuperação da Crise no Norte de Moçambique
4. Recuperação Multidimensional Resiliente dos Distritos de Ibo e Buzi

5. Cidades Resilientes ao Clima: Promoção da adaptação e do desenvolvimento urbano circular e inclusivo em Moçambique
6. Projecto Jovem
7. Protecção e promoção dos direitos humanos das pessoas com albinismo
8. Integração sustentável e sensível ao género dos deslocados internos em Pemba, no Norte de Moçambique, através da implementação de soluções urbanas duradouras
9. Integração sustentável e sensível ao género dos deslocados internos em Pemba, no Norte de Moçambique, através da implementação de Soluções Urbanas Duradouras (Fase II)
10. Terra, Água e Paz: Apoio Institucional, Empoderamento Comunitário e Consolidação da Paz através de Recursos Naturais
11. Promoção de soluções duradouras para deslocados internos em Moçambique através de uma abordagem conjunta (Leaving No One Behind - IDSF)
12. Prestação de apoio técnico à componente Pecuária no âmbito da Segurança Resiliente às Mudanças Climáticas para mulheres e homens pequenos agricultores em Moçambique
13. UNPRPD #2: Cuidados não remunerados, deficiência e abordagem transformadora do género
14. UNPRPD #1: Parceria do Programa Conjunto da ONU para a realização dos direitos das pessoas com deficiência em Moçambique
15. Construir Melhor e Reforçar a Resiliência: uma Abordagem Territorial Integrada na Província de Sofala, Moçambique

16. Programa Global para Acelerar a Acção para Acabar com Uniões Prematuras

17. Programa Conjunto sobre Protecção Social (segunda fase)

18. Rapariga Biz Fase II: Acção para a Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos das Raparigas e Mulheres Jovens em Moçambique.

Estes programas conjuntos são orientados por uma estratégia definida, contribuindo para os resultados do Quadro de Cooperação, prioridades de desenvolvimento nacional e ODS, com foco nas alavancas políticas que promovem a mudança sistémica.

As Nações Unidas apoiam os esforços do Governo de Moçambique na optimização do financiamento para o desenvolvimento sustentável, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Isto inclui apoio à formulação de uma estratégia nacional integrada de financiamento, participação do Governo na 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Sevilha, Espanha (Junho de 2025), e emissão de obrigações de ODS e conversões de dívida para financiar prioridades estratégicas, tais como uma segunda conversão de dívida destinada ao programa nacional de alimentação escolar.

Além disso, como parte dos esforços para maximizar o financiamento do desenvolvimento sustentável, a ONU apoiou a formulação de um quadro regulamentar para os mercados de créditos de carbono em Moçambique, mobilizando a plataforma regional colaborativa da ONU, denominada "Coligação para a Acção Climática Baseada em Oportunidades e Temas". Esta iniciativa trouxe conhecimentos internacionais e melhores práticas sobre regulamentação dos mercados de carbono, complementadas por consultas a organizações

nacionais da sociedade civil, facilitadas pela ONU Moçambique, para adaptar estas práticas ao contexto local e fornecer um contributo diferenciado ao regulamento. O Decreto ainda não foi aprovado, mas pretende contribuir para a mobilização de financiamento sustentável.

A ONU assinou uma Declaração de Intenções com o operador de carteira móvel "M-Pesa" para promover a transformação digital e adopção de soluções móveis pelas famílias, MPME, Governo e agências da ONU. Essas soluções incluem o registo móvel e pagamentos da segurança social dos trabalhadores temporários, assim como o registo e pagamentos da protecção

social de famílias vulneráveis, beneficiárias de programas de transferência de dinheiro. A ONU prestou assistência técnica ao Instituto Nacional de Acção Social para digitalizar todos os pagamentos de protecção social, substituindo as demoradas e arriscadas transferências em dinheiro vivo por transferências automáticas de dinheiro móvel, mais seguras e eficientes, a partir de 2025.

Além disso, a ONU assinou uma Declaração de Intenções com a cooperativa "Financial Sector Deepening Moçambique" para fomentar a inclusão e inovação financeira entre MPME e famílias.

2.4. RESULTADOS DA ONU TRABALHANDO MAIS E MELHOR EM CONJUNTO

Em 2024, como parte dos esforços para implementar a chamada Agenda de Eficiência, a ONU Moçambique **conseguiu poupanças de custos no total de 2 milhões de dólares**, ultrapassando as poupanças do ano anterior e estabelecendo uma trajetória para 3 milhões de dólares em 2025. Este progresso sublinha o compromisso de otimizar a eficiência operacional e utilização de recursos. No serviço de TIC, o estabelecimento de um Serviço de Apoio partilhado e de Acordos de Longo Prazo (LTAs) comuns para serviços de Internet e móveis resultou em poupanças de 0,38 milhão de dólares.

As aquisições e logística registaram um aumento da eficiência através da expansão de LTA, melhoria do transporte de mercadorias e práticas de aquisição sensíveis ao género,

contribuindo para a sustentabilidade. Os serviços administrativos também desempenharam um papel fundamental, conseguindo poupanças de 0,74 milhão de dólares através da partilha de automóveis e optimização de viagens. Nos Recursos Humanos, foram reforçadas políticas de equilíbrio de género e inclusão da deficiência, juntamente com a formação em PSEA. As operações financeiras beneficiaram de micro-avaliações padronizadas em todas as agências, reduzindo os custos de auditoria externa e melhorando a supervisão financeira. Estas realizações reflectem o poder da colaboração entre agências na promoção da eficiência de custos sem comprometer a qualidade dos serviços. O quadro BOS continuará a basear-se nestes êxitos, melhorando ainda mais a eficácia e a sustentabilidade operacionais.



Agentes comunitários no distrito de Massingir, província de Gaza. O distrito alberga o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo.

Foto: UNCDF / Mbuto Machili

2.5. PANORAMA FINANCEIRO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Área Prioritária do Quadro de Cooperação

MARCADORES DE LINHAS	SOMA DE 2024	SOMA DE 2024	SOMA DE 2024 DESPESAS	EXECUÇÃO
1. Desenvolvimento humano	251.284.889,00	188.391.343,00	147.766.428,00	78%
2. Diversificação económica e meios de subsistência sustentáveis	136.532.047,00	128.348.570,00	69.258.422,00	54%
3. Resiliência climática e utilização sustentável dos recursos naturais	129.972.947,00	161.821.816,00	104.528.180,00	65%
4. Consolidação da paz, direitos humanos e governação inclusiva	123.214.026,00	101.751.676,00	82.369.235,00	81%
Total geral	641.003.909,00	580.313.405,00	403.922.265,00	70%

Quadro - Recursos necessários, disponíveis e gastos em 2024 por prioridade estratégica



Um pescador lança a rede à água para apanhar pequenos peixes.

Foto: ONU / Martine Perret

MARCADORES DE LINHAS	SOMA DE 2024 NECESSÁRIO	SOMA DE 2024 DISPONÍVEL	SOMA DE 2024 DESPESAS
FAO	26.532.282,00	26.079.258,00	20.847.299,00
IFAD	39.598.020,00	35.069.007,00	16.300.361,00
ILO	11.408.239,00	11.667.812,00	2.761.280,00
OIM	36.751.960,00	34.387.046,00	30.510.458,00
OHCHR	3.017.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00
ONU Mulheres	4.645.415,00	4.601.115,00	2.686.392,00
ONUSIDA	974.000,00	835.167,00	835.167,00
UNCDF	1.025.000,00	12.530.000,00	8.500.000,00
PNUD	71.317.816,00	86.618.811,00	47.033.258,00
PNUMA	970.304,00	970.304,00	808.490,00
UNESCO	1.248.409,00	1.248.408,00	1.209.537,00
UNFPA	17.385.761,00	13.965.047,00	8.133.286,00
UN-HABITAT	12.041.960,00	11.981.964,00	6.556.791,00
UNHCR	22.762.645,00	11.469.153,00	11.105.941,00
UNICEF	138.759.779,00	99.008.431,00	97.849.839,00
UNIDO	6.850.351,00	6.302.575,00	5.269.081,00
UNODC	16.000.000,00	10.385.412,00	8.478.012,00
UNOPS	103.287.799,00	103.287.799,00	87.527.900,00
PMA	103.878.316,00	84.356.132,00	41.157.134,00
OMS	25.190.853,00	25.174.964,00	25.174.963,00
Total Geral	643.645.909,00	581.738.405,00	424.545.189,00

12

Quadro - Recursos necessários, disponíveis e gastos em 2024 por agência, fundo e programa da ONU

12. Esta tabela não inclui informações do ITC, UNCTAD, UNECA, UNV and WMO.

Capítulo 3

**FOCO PRINCIPAL DA
ONU MOÇAMBIQUE
PARA O PRÓXIMO ANO**

Mulheres de Mocimboa Sede, com idades entre os 18 e os 24 anos, estão a moldar proactivamente o seu futuro. Lideradas por uma presidente e uma tesoureira, começaram com poupanças modestas e pequenas vendas. Reúnem-se todos os sábados no Espaço Seguro para Mulheres e Raparigas, com o apoio do UNFPA, onde partilham sonhos de prosseguir os estudos e expandir-se para os sectores da moda e da alimentação, provando a sua determinação e apoio mútuo.

Foto: UNFPA Moçambique // Mbuto Machili



Em geral, a UNCT promoverá os ODS, através da operacionalização das Seis Transições, particularmente os Sistemas Alimentares e as Mudanças Climáticas, a Perda de Biodiversidade e a Poluição, nos quais já foram feitos investimentos significativos.

Nos primeiros meses de 2025, a UNCT está a concentrar-se no apoio às prioridades do novo Governo. Este esforço, que inicialmente procura apoiar o Plano dos Primeiros 100 Dias do Governo, no contexto de um espaço fiscal reduzido para responder aos desafios de governação, ainda inclui o apoio à concepção dos instrumentos de planificação e racionalização do Apoio da ONU no país em conformidade.

Paralelamente e dadas as dificuldades humanitárias que o país continua a enfrentar, a ONU apoiará o Governo na operacionalização da Agenda de Soluções, através da Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos, que define as acções para os próximos cinco anos para prevenir, responder e apoiar as populações deslocadas na obtenção de soluções.

A UNCT está a trabalhar com o Governo nas Contribuições Nacionalmente Determinadas do país e está a planear apoiar a Revisão Nacional Voluntária (RNV), prevista para 2026. Na agenda dos Direitos Humanos, a UNCT continuará a apoiar o Governo, em particular com a Revisão Periódica Universal (RPU).

A UNCT também trabalhará com o Governo para garantir que Moçambique aproveite as oportunidades que serão criadas por cimeiras e conferências importantes, incluindo a 4ª Cimeira de Financiamento para o Desenvolvimento, World Social Summit e as Convenções do Rio e da COP30.

Internamente, a UNCT realizará a avaliação externa e independente do Quadro de Cooperação 2022-2026, para avaliar os progressos realizados na sua implementação e para retirar lições para o próximo. Este exercício será realizado em colaboração com o Governo e será formada uma equipa de trabalho conjunta para fornecer orientação estratégica e conduzir o processo.



Trabalhador inspeciona projeto de renovação ferroviária.

Foto: ONU Moçambique/Helvisney Cardoso

ACRÓNIMOS

AdR - Área de Responsabilidade

ALP - Programas de Aprendizagem Acelerada

ANAC - Associação Nacional de Camponeses

APD - Assistência Oficial ao Desenvolvimento

AQUA - Agência Nacional de Controlo da Qualidade Ambiental

ARC - Capacidade Africana de Risco

ASH - Água, Higiene e Saneamento

B2B - Business to Business

BAD - Banco Africano de Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

CAAFAG - Crianças Associadas a Grupos Armados

CLGRD - Comité Local de Gestão do Risco de Desastres

CND - Contribuições Nacionalmente Determinadas

CNDH - Comissão Nacional dos Direitos Humanos

CONQUA - Conselho Nacional de Qualidade

COP - Conferência das Partes

CRC - Convenção sobre os Direitos da Criança

DCP - Plataforma de Cooperação para o Desenvolvimento de Estatística

DELPAZ - Desenvolvimento Local para a Consolidação da Paz

DPI - Desenvolvimento na Primeira Infância

DSID - Soluções Duradouras para Deslocados Internos

DTP - Difteria, Tosse convulsa e Tétano

ENC - Cuidados Essenciais ao Recém-Nascido

EW4All - Iniciativa Aviso Prévio para Todos

FADM - Forças Armadas de Defesa de Moçambique

FAMOD - Fórum Moçambicano das Associações de Pessoas com Deficiência

FBS - Balanço Alimentar

FFS - Escolas Agrícolas

FMI - Fundo Monetário Internacional

GAPs - Boas Práticas Agronómicas

GFP - Gestão das Finanças Públicas

GRD - Gestão do Risco de Desastres

GT-N - Grupo de Trabalho do Norte de Moçambique

HLP - Habitação, Terra e Propriedade

ICP - Índice de Capacidades Produtivas

INAM - Instituto Nacional de Meteorologia

INE - Instituto Nacional de Estatística

INNOQ - Instituto Nacional de Normalização e Qualidade

LAPs - Planos Locais de Adaptação

LoCAL - Local Climate Adaptive Living Facility

LTAs - Acordos de Longo Prazo

MADER - Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

MHEWS - Sistemas de Aviso Prévio de Múltiplos Perigos

MIC - Ministério da Indústria e Comércio

MIMAIP - Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas Águas Interiores e Pescas

MPES - Micro e Pequenas Empresas

MPMEs - Micro, Pequenas e Médias Empresas

MPS - Mulheres, Paz e Segurança

MTA - Ministério da Terra e Ambiente

NPCGA - Avaliação da Lacuna das Capacidades Produtivas Nacionais

NTMs - Medidas Não Tarifárias

OAM - Ordem dos Advogados de Moçambique

ODPs - Observatórios Provinciais de Desenvolvimento

ODS - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

OSC - Organizações da Sociedade Civil

PDI - Pessoas Deslocadas Internamente

PIB - Produto Interno Bruto

PICSA - Serviços Climáticos Integrados Participativos para a Agricultura

PME - Pequenas e Médias Empresas

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

RNV - Revisão Nacional Voluntária

RPU - Revisão Periódica Universal

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SAP - Sistema de Aviso Prévio

SERNIC - Serviço Nacional de Investigação Criminal

SETSAN - Secretariado Técnico para a Segurança Alimentar e Nutricional

SIMA - Sistema de Informação sobre o Mercado Agrícola

SMAPS - Saúde Mental e Apoio Psicossocial

SOFF - Mecanismo de Financiamento de Observações Sistemáticas

SSR - Saúde Sexual e Reprodutiva

TARV - Tratamento Anti-retroviral

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UNCT - Equipa Nacional das Nações Unidas

UNGPs - Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos

UNSDCF - Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique entre 2022-2026

VBG - Violência Baseada no Género

VCC - Violência contra as Crianças

VCWG - Violência contra as Mulheres e Raparigas



**NAÇÕES
UNIDAS
MOÇAMBIQUE**
.....

Contacto

-  Av. Kenneth Kaunda 931, P.O. Box 4595
Maputo Moçambique
-  mozambique.un.org
-  (+258) 21 481 404

Siga-nos nas redes sociais

-  [ONUMocambique](https://www.facebook.com/ONUMocambique)
-  [@ONUMocambique](https://twitter.com/ONUMocambique)
-  [@ONUMocambique](https://www.youtube.com/@ONUMocambique)